U.L.H.T.

A CENTRAL ELÉTRICA DA COMPANHIA
FIAÇÃO E TECIDOS DE ALCobaÇA:
Um Testemunho Ímpar da Industrialização
e Urbanização da Vila e da Região

MARIA LEONOR DOMINGUES ANTUNES FERREIRA DE CARVALHO

Lisboa
2002
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Departamento de Arquitectura e Artes

A CENTRAL ELÉTRICA DA COMPANHIA
FIAÇÃO E TECIDOS DE ALCOBÃÇA:
Um Testemunho Ímpar da Industrialização
e Urbanização da Vila e da Região

MARIA LEONOR DOMINGUES ANTUNES FERREIRA DE CARVALHO

Dissertação apresentada na U.L.H.T.
para a obtenção do grau de mestre em Museologia

MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA BRUNO

2002
RESUMO

Esta dissertação de Mestrado em Museologia é um estudo de caso – A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça – para o qual se propõem as linhas programáticas de um processo de musealização, a partir da identificação e estudo de indicadores da memória associados a este fenômeno patrimonial.

Aplicando o conceito de cadeia operatória museológica, opera-se primeiramente a caracterização e estudo do fenômeno patrimonial para posteriormente se programar o modelo de musealização.

A definição do conceito gerador deste processo de musealização tem por base a concepção da vocação educacional da Museologia.

Enquanto estudo de caso esta dissertação analisa também o próprio processo de trabalho como uma intervenção preservacionista.

A proposta de um processo de musealização da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos é construída sobre o contexto específico da região de Alcobaça, nomeadamente na área patrimonial.

A criação de uma unidade museológica, a partir da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos, é proposta como um factor de desenvolvimento para Alcobaça, utilizando o seu património, designadamente as memórias da industrialização, urbanização e electrificação, processos de transformação que consolidaram o percurso da modernidade da região.
ABSTRACT

This dissertation of Master of Museology is the study of a case – The Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça – to which are proposed the programmatic lines of a process of musealization, from the identification and study of memory indicators associated to this patrimonial phenomenon.

Applying the concept of museological operatory chain, it is first produced the characterization and study of the patrimonial phenomenon and, afterwards, the model of musealization is scheduled.

The definition of the concept generator of this process of musealization is based on the conception of educational vocation of Museology.

Being the study of a specific case, this dissertation analyses also the work process itself as a preservationist intervention.

The proposal of a musealization process of the Central Eléctrica of the Fábrica Fiação e Tecidos is built upon the specific context of Alcobaça’s region, namely in the patrimonial area.

The creation of a museum at the Central Eléctrica of the Fábrica Fiação e Tecidos, is proposed as a development agent for Alcobaça, using its own patrimony, namely the industrialization memories, urbanization and electrification, transformation processes that consolidated the modernity course of the region.
ÍNDICE GERAL

Introdução .................................................................................................................. 8
A) Breve Caracterização do Concelho de Alcobaça ...................................................... 13
B) Narrativa de um Processo e suas Opções Metodológicas ........................................ 20
I.ª PARTE – A FÁBRICA FIAÇÃO E TECIDOS COMO FENÓMENO
   PATRIMONIAL – ESTUDO DOCUMENTAL ................................................................. 28
   1 – O Percurso Histórico da Companhia ao longo de quase 100 anos (1875/1974) .......... 29
   2 – O “ambiente” da Fábrica: estruturas socio-culturais criadas no seio do empreendimento com fortes interligações com a Vila de Alcobaça ......................................................... 92
   3 – O processo de electrificação da Vila de Alcobaça e a sua relação com a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça ................................................................. 124
II.ª PARTE – A INTERVENÇÃO MUSEOLÓGICA NA CENTRAL ELÉCTRICA DA FÁBRICA FIAÇÃO E TECIDOS .............................................................. 148
   1 – A Central Eléctrica enquanto Fenómeno Patrimonial ............................................ 149
   2 – A Intervenção Museológica na Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos ........ 157
   2.1 – O Percurso da Ideia de Museu em Alcobaça – As propostas actualmente em Desenvolvimento ........................................................................................................ 166
   3 – A Programação da Unidade Museológica da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos .................................................................................................................. 179
      3.1 – Em torno da Programação e sua conceptualização ............................................ 179
      3.2 – Sugestões Programáticas para a Unidade Museológica da Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça ...................................................... 182
      3.2.1 – Propostas de Salvaguarda ............................................................................ 191
      3.2.1.1 – Conservação ......................................................................................... 192
      3.2.1.2 – Documentação ..................................................................................... 198
      3.2.1.3 – Segurança ............................................................................................. 202
<table>
<thead>
<tr>
<th>ÍNDICE DAS ILUSTRAÇÕES</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Localização geográfica de Alcobaça</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Brasão de Alcobaça</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Mosteiro de Alcobaça</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Iconografia recente de Alcobaça</td>
<td>19</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia do açude da Fábrica Fiação e Tecidos</td>
<td>31</td>
</tr>
<tr>
<td>Capa do Relatório da Companhia de 1876</td>
<td>33</td>
</tr>
<tr>
<td>Cabeçalho de jornal local</td>
<td>51</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia do edifício da Central Eléctrica</td>
<td>59</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia de maquinaria existente no interior da Central</td>
<td>60</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia de maquinaria existente no interior da Central</td>
<td>62</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia da construção dos edifícios da Fábrica (1956)</td>
<td>78</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia de maquinaria existente no interior da Central</td>
<td>91</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia de casas existentes junto à Fábrica</td>
<td>93</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia do leilão da Companhia (1998)</td>
<td>123</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografias do interior da Central</td>
<td>147</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia dos edifícios da Fábrica na actualidade</td>
<td>158</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia do edifício da Central Eléctrica</td>
<td>158</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia do edifício da Central Eléctrica</td>
<td>194</td>
</tr>
<tr>
<td>Fotografia de maquinaria existente no interior da Central Eléctrica</td>
<td>195</td>
</tr>
<tr>
<td>Capa do Relatório da Companhia de 1899</td>
<td>198</td>
</tr>
</tbody>
</table>
INTRODUÇÃO

“A Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos – um testemunho impar da industrialização e urbanização de Alcobaça” foi o tema escolhido para a dissertação de Mestrado em Museologia, por considerarmos que permite a aplicação de reflexões suscitadas na formação em Museologia e nas práticas profissionais que temos vindo a desenvolver, quer no campo da Museologia, quer no campo da Educação.

A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça estabeleceu a sua unidade de produção na Fervença (Alcobaça) em 1874 e aí funcionou ininterruptamente até 1998.

Durante mais de 120 anos esta unidade industrial esteve indiscutivelmente ligada à vida de Alcobaça quer como pólo empregador, quer como gerador de riqueza, quer como símbolo de desenvolvimento socio-económico, constituindo-se como motor de progresso para toda a vila. Durante muitos anos a Fábrica era visita obrigatória para as figuras ilustres que pretendiam conhecer o concelho e o seu desenvolvimento.

Caracterizar a evolução de Alcobaça, desde o final do séc. XIX até uma época muito recente, não será possível sem referir a actividade da Fiação e Tecidos, o seu papel no processo de modernização da região, nomeadamente através da industrialização, da urbanização e da electrificação.

A dispersão dos elementos causada pela dissolução da Fábrica e pela venda das suas existências em hasta pública tornou este trabalho oportuno ao nível de poder realizar uma intervenção de salvamento de uma parte importante da documentação.

O trabalho sobre a documentação da Companhia, a imprensa local e a recolha de testemunhos, permite evidenciar o papel desempenhado por esta estrutura industrial no desenvolvimento regional e mesmo nacional.

Esta dissertação procura a rentabilização dessas memórias e desses patrimónios através de uma intervenção no actual contexto de Alcobaça.

A investigação que desenvolvemos procura reflectir diferentes opiniões/visões sobre o tema (por exemplo patrões, operários, autarquia e estruturas culturais) para uma apreensão
o mais completa possível do fenómeno patrimonial em estudo e da validade de um projecto de intervenção.

Considerando a Museologia como uma disciplina aplicada, com um conjunto de técnicas de intervenção em contextos comunitários, partimos da delimitação e estudo deste fenómeno patrimonial na região de Alcobaca, para construir um modelo de intervenção, materializado na constituição e funcionamento de uma unidade museológica.

Ao longo desta dissertação teremos oportunidade de analisar e aplicar diversas técnicas da Museologia, ao nível da investigação, documentação, participação, salvaguarda e comunicação, procurando concretizar, num estudo de caso, o desenvolvimento da cadeia operatória museológica, que procura a inserção do património no processo de desenvolvimento da comunidade a que pertence, através da preservação de indicadores da memória.

A aplicação deste modelo ao caso concreto da Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos permite-nos fundamentar a confluência entre Museologia e Educação nos processos preservacionistas em torno da memória.

Assim, este trabalho procura analisar também o próprio processo, dentro de uma comunidade, da dissolução de uma unidade económica significativa na construção do perfil dessa comunidade, do abandono dos vestígios materiais, da reacção a esse abandono e da receptividade a um processo de preservação em torno das memórias.

As linhas programáticas de uma proposta para uma unidade museológica no edifício da Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca procuram reflectir sobre os conteúdos/conceitos da formação em Museologia, concretizando um projecto que, a partir da pesquisa efectuada sobre as memórias associadas ao local, se nos afigura pertinente e útil para a região de Alcobaca.

Utilizando a metodologia própria da Programação Museológica na construção deste modelo de intervenção debruçamo-nos sobre a necessidade de uma reflexão prévia a qualquer intervenção, no fundo sobre a essência da Museologia e a filosofia de intervenção que ela pressupõe.
Não procuramos criar um programa de intervenção pronto a aplicar – do qual teriam de fazer parte, por exemplo, verbas por rubricas e prazos de realização – mas tentaremos proceder ao levantamento de questões e inventário de metodologias de abordagem necessariamente prévios à elaboração do projecto mais concreto de intervenção.

Procuraremos sobretudo analisar a preservação do património como um acto do presente, como uma expressão do presente sobre testemunhos do passado, como uma continuidade do processo de desenvolvimento de uma identidade comunitária.

Esta dissertação centra-se, pois, na proposta de musealização de indicadores da memória referentes aos processos de industrialização, electrificação e urbanização de Alcobaça considerados vectores fundamentais para a compreensão das transformações que consolidaram o percurso da modernidade na região.

Um trabalho deste tipo situa-se também no âmbito da Arqueologia Industrial, campo de trabalho profícuo para experiências de musealização de património, das quais citaremos e tomaremos como exemplo alguns casos que consideramos bem sucedidos quer em Portugal, quer noutros países.

Sendo Alcobaça um destino muito apreciado pelo turismo nacional e mundial, devido ao papel que desempenhou no processo historicocultural nacional e pela presença desse monumento de património mundial que é o Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça, a presente proposta visa desenvolver uma área de intervenção dedicada sobretudo ao recente passado da modernidade alcobacense que, não sendo possível ignorar no delinear da actual Alcobaça, não é acessível a quem procura informar-se sobre a região.

O património industrial de Alcobaça, que rapidamente se vai perdendo com o frequente encerramento de estruturas industriais, testemunha um importante lugar no desenvolvimento do progresso vivido na transição do sec. XIX para o XX pouco perceptível para os de fora, mas também para os naturais, como por exemplo a população escolar que tem dificuldade em aprender essa importante “fartia” do desenvolvimento da região, não conseguindo frequentemente aprender todo o espaço de tempo que medeia entre a época da existência dos Coutos de Alcobaça (de pleno funcionamento do Mosteiro como unidade produtora e administrativa) e a actualidade.
Procuraremos neste trabalho adequar uma filosofia de preservação do património, associada a recentes desenvolvimentos da Museologia enquanto área do saber, ao contexto de Alcobaça – concretamente no que concerne às suas expectativas sobre a realização de uma entidade museológica – criando um modelo de intervenção que encara a utilização do património no desenvolvimento da cidadania.

Não nos preocuparemos, pois, em discutir e aprofundar teorias e correntes no interior da Museologia, mas sim em selecionar e trabalhar o que se nos afigura adequado ao nosso objecto de estudo, construindo, a partir daí, a nossa proposta de intervenção.

É entre os conceitos da Museologia, a sua aplicação e as experiências bem sucedidas que existem em Portugal e não só, e atendendo às características da região, que construímos a proposta de intervenção que integra este trabalho e que pretende torna-lo, para além de um exercício académico, uma verdadeira proposta de intervenção no meio regional de Alcobaça.

O trabalho de dissertação foi estruturado em torno de duas partes complementares: a construção do fenómeno patrimonial e a proposta de intervenção.

Previamemente foi feita uma caracterização do contexto em que se pretende intervir: o concelho de Alcobaça, para que o leitor disponha dos dados necessários à compreensão das características do fenómeno patrimonial, da necessidade e da forma de intervenção.

Uma vez que esta dissertação é um estudo de caso, é feita uma descrição do processo que leva à construção da proposta de intervenção, desde a justificação da sua existência até à explicação das opções tomadas e suas condicionantes, que enfatizam a referida proposta.

Na I Parte é apresentada a Fábrica Fiação e Tecidos como um fenómeno patrimonial, construído sobretudo a partir de um estudo documental e para o qual foram definidos 3 eixos de abordagem:

1 – O percurso histórico da Companhia ao longo de quase 100 anos (1875/1974)
2 – O “ambiente” da Fábrica: estruturas socio-culturais criadas no seio do empreendimento com fortes interligações com a vila de Alcobaça
3 – O processo de electrificação da vila de Alcobaça e a sua relação com a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça
Nesta parte será dada particular atenção aos processos de industrialização, electrificação e urbanização do concelho em que a Fábrica foi protagonista e motor.

A reconstituição destes processos acentua o valor da documentação no quadro das instituições museológicas. O trabalho documental funciona aqui como fundamento da pertinência de uma intervenção museológica, ao deixar claro o papel da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça e da sua Central Eléctrica no desenvolvimento da actual Alcobaça.

Este capítulo visa também alertar para a importância dos dados contidos em elementos como os arquivos das empresas ou a imprensa regional, tantas vezes subestimados.

Salientamos também, que este trabalho serviu já à partida para salvar da destruição parte do arquivo da Fábrica, que teria provavelmente como destino ser vendido a peso, arrastando na destruição da Companhia a destruição dos vestígios documentais que marcaram este estabelecimento fábril.

Na II Parte, tendo em atenção o fenómeno patrimonial explanado na I Parte, os seus eixos de abordagem e a caracterização do concelho na actualidade (com especial destaque para os aspectos patrimoniais e museológicos) expõem-se as linhas programáticas de uma unidade museológica situada na Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.

Esta pressupõe a Museologia como uma técnica de intervenção no desenvolvimento de uma comunidade.

Para além das sugestões programáticas resultantes das condições “físicas e materiais” das memórias associadas à Central Eléctrica, auscultam-se algumas opiniões dos agentes que poderão desempenhar um papel importante na execução de um projecto deste tipo, nomeadamente a Câmara Municipal e a Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça.

O presente trabalho, inserido na apresentação final de dissertação de mestrado em Museologia, procura, portanto, reflectir sobre os conteúdos programáticos da formação nesta área científica, conferindo-lhe uma aplicação prática, ao construir, a partir da memória existente e dos conceitos operatórios da Museologia, uma proposta de intervenção concreta na Central Eléctrica da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.
A) BREVE CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE ALCOBAÇA

Embora não procurando ser exaustivos, apresentamos aqui uma breve caracterização do concelho de Alcobaça, para uma melhor compreensão do contexto em que se pretende intervir.

Localização Geográfica
"O concelho de Alcobaça ocupa a maior parte da faixa geograficamente bem delimitada que se estende entre o Oceano Atlântico e a Serra dos Candeiros".

Abrangendo uma área de cerca de 406,9 Km², o concelho compõe-se das seguintes freguesias: Alcobaça, Alfeizerão, Alperiz, Bário, Benedita, Cela, Côs, Évora de Alcobaça, Maiorga, Martingança, Montes, Pataias, Prazeres de Aljubarrota, S. Vicente de Aljubarrota, S. Martinho do Porto, Turquel, Vestariária e Vimeiro.

A cidade de Alcobaça é sede de Município e tem uma população de cerca de 6000 residentes. A população total do concelho, segundo os censos de 2001, é de 56.794 habitantes, sendo a densidade populacional de 136.08 habitantes por Km.

Características Físicas

Geologicamente o concelho é uma região complexa e diversificada.

"Na área entre a Serra de Candeiros e o mar, podemos distinguir três unidades principais, bastante distintas sob o ponto de vista geológico e morfológico, que originaram diferentes características a nível de paisagem, de fertilidade dos solos, e das próprias características das populações."

- O anticlinal que corresponde à serra dos Candeiros, que domina a paisagem da região, que corresponde a um ambiente típico de uma zona montanhosa e calcária, de aspecto seco e agreste com reduzida vegetação.

- Na zona central, a depressão Sinclinal formada por rochas do Jurássico Superior que separa a Serra dos Candeiros da Vale Tifónico. Corresponde a uma vasta zona de colinas de suave inclinação com solos férteis, que desde Alcobaça, Vimeiro, A dos Francos, se estende para sul até à zona do Cadaval.

- Na zona Oeste o Vale Tifónico que se estende desde Caldas da Rainha, S. Martinho do Porto, Valado dos Frades, Pataias, encaixado entre a zona das colinas atrás referidas e as falésias litorais do Oceano Atlântico (Serra da Pescaria, Serra dos

---


Mangues e Serra do Bouro. Corresponde a uma zona de marcada influência litoral.

Os principais rios são o Alcoa, o Baça e o rio da Areia. “O rio Alcoa tem a sua nascente localizada a oeste da vila de Porto de Mós e a noroeste da Serra dos Candeiros. Com uma orientação de sudoeste e uma extensão de 20 Km, conflui com o Baça que nasce na vertente ocidental da Serra dos Candeiros, juntando-se a sul da Cidade e formando o rio Alcobaça, rio este que desagua a sul da Nazaré.”

O clima apresenta características mediterrâneas (Verões quentes e secos, Invernos mais frios e húmidos), características estas suavizadas devido à proximidade do Oceano Atlântico.

O concelho apresenta diversos locais de interesse geológico, como a Serra dos Candeiros, o sítio da Nazaré, diversos afloramentos de rochas eruptivas, as falésias do Vale Furado ou a faixa costeira desde a Praia das Paredes até S. Pedro de Moel e ainda diversos vestígios do período Jurássico que comprovam a presença de dinossáurios na região nesse período.

**Percurso Histórico**

A presença humana na região remonta ao Período Neolítico, como comprova o material arqueológico encontrado.

Povos como os Gregos, os Fenícios e os Visigodos habitaram a região.

Do período romano há vestígios significativos: o povoado das Parreitas (Bairro) continua em estudo e deu já origem a um Museu Monográfico.

O castelo de Alcobaça é de construção árabe.

A região deveria ter uma forte implantação moçárabe e talvez a necessidade de urgente cristianização seja uma das razões da doação do território aos monges de Cister.

Em 1153, em plena Reconquista, D. Afonso Henriques faz aos monges de Cister (na pessoa de Bernardo de Claraval, seu abade) uma doação de terras. Estas, numa extensão de cerca de 400 Km2, encontravam-se compreendidas entre Salir do Porto, a Serra dos Candeiros e S. Pedro de Moel. Segundo reza a lenda, esta doação resultou de uma promessa religiosa do Rei aquando da conquista de Santarém. Essa mesma lenda foi registada em azulejo, na Sala dos Reis do Mosteiro de Alcobaça.

---

6 Soares, M. da Luz e Franco, Helena, op. Cit.
7 V. Breve Caracterização do Concelho de Alcobaça Projecto Educativo da Escola Básica Frei Estêvão Martins.
8 V. Marques, Nuno Furtado, Idem.
Este Mosteiro tornou-se então o centro da Região dos Coutos de Alcobaça, região essa que conheceu um grande desenvolvimento sob o domínio dos monges de Cister.

"A partir desta, e sob influência dos monges, a região sofre um grande desenvolvimento, especialmente ao nível agrícola. Assim, sucederam-se a exploração e moagem de cereais, produção de vinho e de azeite, fabrico de pão, confeccão de tecidos em burel, extracção de sal (em Alfeizerão) e do ferro, a metalurgia, produção de cal, a cerâmica e os curtumes. Incentivaram ainda a pesca, a construção naval e o comércio, nos portos de Alfeizerão, S. Martinho do Porto, Pederneira e Paredes."\(^9\)

A importância da Abadia Cisterciense de Alcobaça manifestou-se também ao nível cultural. Aí existia uma importante livraria e cartório que parece terem reunido cerca de 25 000 volumes e 476 códices (dos mais belos trabalhos manuscritos em pergaminho e papel que se conhecem da época); parte deste espólio encontra-se actualmente na Torre do Tombo, em Lisboa.

No século XVI os monges estabeleceram a imprensa dentro do mosteiro na qual parece ter sido impressa, em 1597, a primeira parte da "Monarquia Lusitana" de Frei Bernardo de Brito.\(^10\)

Aquela que foi considerada a primeira escola pública em Portugal também nasceu no Mosteiro de Alcobaça, em Janeiro de 1269, por ordem de Frei Estêvão Martins – abade do mosteiro – que "determinou que no Mosteiro de Alcobaça se ensinasse para sempre as disciplinas de gramática, lógica e teologia e que as lições fossem públicas para todos os que dela quisessem tirar proveito."\(^11\)

Os monges habitaram a abadia até 1833, data em que a abandonaram.

Devido a este facto o edifício passa a pertencer ao Estado Português que o considera Monumento Nacional desde 1907 (por Decreto de 10 de Janeiro) e em 1989 é classificado pela UNESCO como Património Mundial.\(^12\)

O concelho de Alcobaça continuou o seu desenvolvimento sem a presença dos monges, mas perpetuando as actividades económicas trabalhadas por estes, nomeadamente a agricultura, cerâmica, tecidos, moagem, etc.

\(^9\) V. Breve Caracterização do Concelho de Alcobaça Projecto Educativo da Escola Básica Frei Estêvão Martins.

\(^10\) V. Soares, M.ª da Luz idem.

\(^11\) Idem, Em homenagem a este acto a Escola Preparatória de Alcobaça adoptou por patrono Frei Estêvão Martins, tornando-se desde o ano lectivo 1994/95 Escola do 2.º e 3.º Círculos do Ensino Básico Frei Estêvão Martins – Alcobaça.

Características Económicas

Segundo dados de 1991 havia no concelho 24.848 empregados, quase não havendo desemprego. A população trabalhadora dividia-se da seguinte forma: 11,3% no sector primário, 56,1% no sector secundário e no sector terciário 32,7%. Este último sector é considerado em expansão e tem 71% dos serviços relacionados com actividades económicas e 29% com serviços de natureza social.

Principais actividades:

- **Agricultura:** parte desta actividade é baseada em pequenas parcelas agrícolas, de exploração tradicionalmente familiar. Especial destaque tem a fruticultura (41% do PAB do concelho), o vinho (17%) reconhecido como Vinho de Qualidade Produzido em Região Determinada e a horticultura (18%). A actividade pecuária, sobretudo na zona sudoeste do concelho, representa 6,3% da produção nacional no sector.

  A pesca existe ainda, embora de forma residual, em S. Martinho do Porto.

- **Indústria:** Este sector emprega a maior parte da população do concelho, revelando-se bastante diversificado.

  Encontramos indústrias de: cerâmicas (porcelana, faïança, olaria, de barro) e vidros e cristais, couro e similares (calçado e fábrico de malas), cutelaria, cal e cimentos, moldes, móveis, indústrias ligadas ao aço e ao ferro, indústrias alimentares (conservas e sumos de frutos), construção (telha e cantaria) têxteis, serração de madeira, indústrias de papel e artes gráficas e indústrias químicas (produtos resinosos e de borracha).

  A indústria cerâmica e de vidros e cristais é responsável pelo emprego de parte significativa da população e cria produtos que se tornaram “imagem de marca” do concelho.

- **Comércio:** A freguesia de Alcobaça é o centro do concelho em termos de comércio, tendo também uma expressão significativa neste sector as freguesias da Benedita e Pataias.

- **Turismo:** O concelho de Alcobaça encontra-se inserido numa região de grande potencial turístico: a região de Turismo Leiria/Fátima. A oferta da região compreende os edifícios religiosos, como o Mosteiro de Alcobaça, praias, como S. Martinho do Porto ou o Vale Furado, o Parque Natural da Serra de Aires e Candeiros, de que salientamos a beleza das lagos do Arrimal, o termalismo, de que salientamos as Termas da Piedade.

  Alcobaça encontra-se num dos grandes eixos turísticos, visitado por milhares de turistas nacionais e estrangeiros. Também as visitas em contexto escolar acorrem frequentemente à

---


14 Idem.
região, sobretudo devido ao carácter significativo do Mosteiro para o estudo da História e História de Arte.

Para além do Mosteiro podem ainda visitar-se o Museu Nacional do Vinho, o Museu da Atlantis, o Museu Agrícola da Escola Profissional de Agricultura de Cister (EPACIS), o Museu Monográfico do Báario e o Museu da Fábrica Raul da Bernarda.¹⁵

**Educação e Cultura**

Consideramos importante salientar que parte significativa da população é estudante (25% segundo os dados de 1991).

O concelho dispõe de estabelecimentos de ensino desde o ensino pré-escolar ao ensino secundário, estando neste momento a enviar esforços para a instalação de um estabelecimento de ensino superior.

Na sede do concelho existem Jardim de Infância, escola de 1.º ciclo, uma escola básica de 2.º e 3.º ciclos e duas escolas de 3.º ciclo e secundário. Existe também uma escola profissional de agricultura.

No total do concelho de Alcobaça existem 43 estabelecimentos de ensino pré-escolar, 67 estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo, 5 de 2.º e 3.º ciclos e 2 estabelecimentos de ensino secundário.¹⁶

A actividade cultural do concelho pode considerar-se intensa, existindo dezenas de colectividades que desenvolvem as mais diversas actividades: bandas filarmónicas, ranchos folclóricos, teatro, desporto, rádio e jornais. Nestas actividades participam um número considerável de jovens.

---

¹⁵ Dados extraídos, na sua maior parte, do folheto turístico Alcobaça, publicado e distribuído pela Região de Turismo Leiria/Fátima.

Símbolos de Alcobaça

Brasão de Alcobaça

Mosteiro de Alcobaça

Iconografia recente de Alcobaça
B) NARRATIVA DE UM PROCESSO E SUAS OPÇÕES METODOLÓGICAS

A Fábrica de Fiação e Tecidos, empreendimento que marcaria indelevemente a localidade de Alcobaça e seu concelho, estava ainda em laboração quando a conhecemos. Vendia turcos ao público e suscitava muita preocupação na localidade, porque se adivinhava o seu fim, com os consequentes despedimentos e o provável abandono do que já fora um dos motivos de orgulho local.

Alertados para a importância que aquele complexo industrial tivera na localidade, iniciámos a recolha de informações sobre o tema, em diferentes fontes:

a) Entrevistas com antigos operários

Tendo tido conhecimento de que várias ex-operárias da Fábrica, já idosas, eram utentes do Centro de Dia da Vestiaria, aí foram recolhidos depoimentos\(^{17}\), num interessante desfilar de memórias de vidas inteiras de trabalho, mas pontuadas por momentos de alegria e de solidariedade que nos deixaram claro um certo espírito de coesão, de consciência de classe, quase diríamos de família, que marcou também a vida de quem trabalhou na Fábrica Fiação e Tecidos.

Já numa fase mais avançada da investigação foi também entrevistado um antigo trabalhador da Central Eléctrica (e filho do responsável pela Central Eléctrica), sr. Mário Fadigas, cujo depoimento foi muito importante para a compreensão de dados recolhidos de forma dispersa noutras fontes e da cadeia de procedimentos necessária ao funcionamento da Central Eléctrica. Estas entrevistas encontram-se transcritas em anexo e os dados da sua análise foram incorporados no texto da dissertação.

b) Imprensa local e regional

Aquando da “agonia” do complexo industrial constatámos que a imprensa local e regional era um importante veículo para as preocupações da população.

\(^{17}\) Devemos salientar aqui o interesse e as facilidades concedidas a este trabalho pela Directora do Centro de Dia, Francelina Carvalho.
Assim, a imprensa local e regional foi uma das fontes escolhidas para compreender a percepção que a localidade teve, ao longo do tempo, do significado do complexo industrial. De início foi feita uma consulta aleatória de elementos na imprensa, um pouco ao sabor do que existia disponível na biblioteca municipal.

Alcobaça revelou-se-nos uma terra rica em imprensa local e prática em utilizá-la como veículo da expressão de opiniões.

Tornou-se então impossível a recolha das notícias sobre a Fábrica em todos os periódicos locais. Optámos assim, por consultar, de forma sistemática, o jornal Semana Alcobacense, por se revelar o que mais documentava a vida da Fábrica e seus intervenientes. Tomada esta decisão, a consulta da imprensa teve de ser feita na Biblioteca Nacional de Lisboa, uma vez que ao nível local não existiam as séries completas dos jornais.

Os dados recolhidos na imprensa foram registados em fichas e agrupados por subtemas (exemplo: Assistência aos operários; Noticias Breves; Máquinas, etc) e as séries de dados informatizadas.\(^{18}\)

A partir dos dados da imprensa começou a ser elaborada uma cronologia da vida da Fábrica.

c) Documentação pertencente à Fábrica

Em 14/4/1998 realizou-se o leilão das existências da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, anunciado publicamente na imprensa nacional.\(^{19}\)

Presenciar o leilão foi muito importante para nós para percebemos o impacto (não só nos trabalhadores) do encerramento da Fábrica que durante mais de 100 anos laborou na região.

Nesta altura foram entabulados contactos com diversas pessoas: antigos trabalhadores, o guarda que continuou com a chave do estabelecimento durante o período imediatamente após o leilão e elementos da empresa leiloeira.

Foi através destes que tomámos conhecimento da existência de muita documentação. Manifestado o nosso interesse por isso e dada a impossibilidade de nos ser facultado o seu acesso por estes funcionários, entrámos em contacto com o liquidatário judicial da Companhia.

---

\(^{18}\) V. Anexo III.

Informado das razões do nosso interesse, facultou-nos o acesso e a remoção do material documental que nos interessava, mediante autorização e termo de responsabilidade escrito. A documentação cedida foi assim armazenada em nossa casa e lá mesmo analisada.

A documentação não estava organizada – encontrava-se amontoada aleatoriamente no chão do 1.º piso de um dos edifícios. Recolhemos o que nos pareceu interessante, designadamente actas, listas de accionistas, recortes de jornal, copiadores de correspondência e relatórios anuais da Direcção. Acabámos por verificar que alguma desta documentação estava em muito mau estado, o que impossibilitava a sua leitura, mas os relatórios da Direcção (dos quais são poucos os números que faltam) permitiram-nos reconstituir o percurso da Companhia, acompanhar por exemplo as despesas e a visão da Direcção ao longo dos tempos sobre a vida da Companhia e a economia nacional.

Era possível agora reconstituir o percurso da Companhia ao longo de um período perto de um século.

d) Bibliografia de apoio

Com o auxílio de alguma bibliografia sobre a história da indústria, a história de Portugal e a economia foi possível também completar dados, compreender acontecimentos e avaliar a importância da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça na economia local e nacional. Queremos aqui salientar a importância que teve para nós nesta fase do trabalho a obra História da Indústria Portuguesa: da Idade Média aos Nossos Dias, da autoria de M.F. Rodrigues e J. Amado Mendes, publicada pela Associação Industrial Portuguesa e pelas Publicações Europa-América, integrada nas comemorações dos 150 da AIP, por se nos ter revelado como uma excelente síntese da actividade industrial em Portugal, fundamental para a nossa compreensão do processo industrial desenvolvido entre o Porto e Alcobaça.

e) Outros

Foram ainda recolhidas informações junto de diversas entidades relacionadas de alguma forma com o empreendimento industrial, designadamente, Câmara Municipal de Alcobaça (diversos serviços e Vereação da Cultura), Tribunal de Alcobaça (onde o processo continua a decorrer), liquidatário Judicial, Dr. José Pinto Oliveira, o último director do estabelecimento, Dr. Maia Pinto. A pesquisa de elementos gráficos (plantas, mapas, etc) foi quase infrutífera, mas devemos salientar a boa vontade de todos os contactados em ajudar à realização do trabalho.
Era agora possível apreender a Fábrica Fiação e Tecidos como um problema passível de intervenção na área cultural, mais exactamente na área da Museologia.

Na posse destas fontes e destes dados era agora possível perspectivar eixos de análise e apresentação de um fenómeno patrimonial.

Foram assim tomados como eixos principais a industrialização e a urbanização de Alcobaça a partir do complexo industrial e a electrificação pela importância que esse processo assumiu na construção da modernidade da localidade. Em todos estes processos a existência e evolução do complexo industrial revelava-se um factor determinante.

A evolução do complexo industrial permitiu-nos acompanhar ao nível local o devir da economia nacional, nomeadamente no sector industrial e a estruturação de um ambiente socio-cultural próprio.

Por fim, todo este percurso evolutivo e estes eixos de análise foram perspetivados na ligação Fábrica/Vila e na interdependência destes dois pólos em relação ao progresso da região.

Para a organização do trabalho segundo estes eixos foram construídos instrumentos de registo e análise, nomeadamente fichas e quadros temáticos, assim como cronologias por cada elemento a analisar.\textsuperscript{20}

Foi assim possível ir delimitando um fenómeno museal: o interesse e a possibilidade de salvar elementos patrimoniais indicadores de memória que permitiam perspetivar a evolução económica e socio-cultural da região de Alcobaça e os percursos da modernidade desta região.

No decurso de toda esta investigação e quando já estava delimitado o fenómeno patrimonial e os indicadores da memória que nos permitiam fundamentar uma proposta de musealização, o trabalho foi apresentado publicamente à comunidade alcobacense em vários momentos:

a) No artigo da revista \textit{Espaços ADEPA}, 1996, “Continuar Cister: conhecer, memorizar, compartilhar os valores patrimoniais dos Coutos Cistercienses”, da autoria de Maria Olimpia Lameiras-Campagnolo, quando se faz uma proposta de preservação de um conjunto de sítios da região que formariam uma rede; a Central Eléctrica aparece nesse conjunto tomando em consideração o trabalho que vinhamos desenvolvendo.

\textsuperscript{20} V. Anexo IV.
b) Em comunicação apresentada por Maria Olimpia Lameiras-Campagnolo (e outros) no Colóquio Internacional “Cister: Espaços, Territórios, Paisagens”, que decorreu em Alcobaca em Junho de 1998, e que foi posteriormente publicada nas respectivas actas com o título “Marcas e Sinais de Cister”, em que a mesma rede de sitios musealizados, com um outro desenvolvimento conceptual, é proposta.

c) Na comunicação “A Central Eléctrica da Fiação e Tecidos: um testemunho ímpar da industrialização e urbanização de Alcobaca”, por nós apresentada no Colóquio “Acoalbaça: Que Museus?”, em Julho de 1999. Alertando para a necessidade (e possibilidade) de salvaguardar o espaço da Central Eléctrica e elementos da memória ligados ao complexo industrial, fomos secundados pelos participantes no Colóquio que apresentaram um abaixo-assinado ao Presidente da Câmara no sentido de salvar o espaço.21

Foi assim construído um discurso de explanação do fenómeno patrimonial segundo os eixos definidos.

Ao reconstituir o percurso da Companhia durante mais de 100 anos colocou-se-nos o problema concreto da periodização a adoptar.

Hesitantes entre a adopção de uma periodização que coincidisse com a da história portuguesa, nomeadamente nos seus períodos de história económica e social, optando por integrar os acontecimentos referidos nos períodos definidos pelas grandes obras de referência e uma periodização estabelecida por critérios internos da história da instituição e região, optámos por esta última.

A vida da instituição, ainda que indiscutivelmente marcada pelos contextos economico-sociais e políticos nacionais e internacionais, deve os seus ritmos de desenvolvimento a situações internas e principalmente às figuras marcantes dos seus directores. Também a relação da Companhia com a vila, dependeu sobretudo da personalidade e empenho das figuras dirigentes da instituição fabril.

Da adopção deste critério resulta um grande desequilíbrio no "tamanho" dos períodos definidos, com destaque para dois grandes blocos de tempo, marcados pelos homens que de certa maneira moldaram esta Companhia: Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães e

Fernando Alípio de Carneiro e Sá, que se mantiveram na Direcção da Companhia durante longos períodos de tempo, tendo também ambos assumido por vários vezes o poder ao nível da autarquia de Alcobaça.

O percurso da Companhia é apoiado regularmente pelos relatórios anuais da Direcção até 1974, período conturbado para a economia portuguesa, devido à eclosão da Revolução de 25 de Abril.

Esta divisão em períodos cronológicos foi então “a grelha” de inserção/apresentação de cada um dos eixos de análise.

Na delimitação e apresentação do fenómeno patrimonial foram feitas abundantes citações das fontes primárias no sentido de valorizar o carácter documental da investigação e afirmar esta construção do fenómeno patrimonial como um trabalho de preservação de indicadores de memória. Simultaneamente afirmávamos assim a importância que considerámos que este tipo de fontes devem ter na documentação museológica.22

Construído e apresentado o facto museal era necessário avançar na construção de um modelo de musealização.

Para a conceptualização sobre a Museologia analisámos diversa bibliografia.

Adoptámos sobretudo as perspectivas da Arqueologia Industrial, enquanto forma de abordagem do complexo industrial como documento fornecedor de informações sobre os indicadores da memória e tomámos algumas intervenções em Património Industrial como exemplo de realizações bem sucedidas ao nível nacional.

Detivemos-nos particularmente nas perspectivas da Nova Museologia, enquanto adequação desta área do conhecimento às necessidades das sociedades actuais. Fomos bastante influenciados pelas perspectivas canadenses da Museologia, com as quais tomámos contacto “ao vivo” no âmbito de um estágio organizado pela Universidade Lusófona e o Centre International de Formation Ecomuseologique, no Quebec, em 1993. Das várias perspectivas e práticas que recolhemos queremos salientar o Museu da Civilização no Quebec, não só pela forma como nos impressionou positivamente pelo seu funcionamento, mas também pelo aprofundamento conceptual que divulga no seu livro “Concepts and Practices”, no qual nos baseamos bastante para a explanação das nossas perspectivas.

Devemos esclarecer que todas as traduções de citações de obras noutras línguas foram realizadas, por nós, de forma livre, pelo que assumimos a sua completa responsabilidade.

---

22 Idem.
Para salientar conceitos, ideias fortes ou questões fundamentais da dissertação, utilizámos a escrita da(s) palavra(s) iniciada por maiúscula ou escrita a negrito.

Tomando a Museologia como uma disciplina aplicada que compreende uma cadeia operatória de procedimentos — segundo as perspectivas de Cristina Bruno — procurámos aplicar esta cadeia operatória na programação da musealização do nosso fenómeno patrimonial.23

Tivemos assim como grandes obras de referência, entre outras, os “manuais” de procedimentos museológicos que a seguir indicamos:

- Tese de livre-docência de Cristina Bruno24
- Museum Basics, da autoria de T. Ambrose e C. Paine, publicado pelo ICOM25
- Iniciação à Museologia, publicado pela Universidade Aberta26
- La Muséologie selon G H Riviére27
- Musée de la Civilization: Concepts and Practices28

Destes, só o Museu da Civilização apresentava a aplicação dos conceitos às práticas de uma entidade concreta, com a qual tínhamos tomado contacto, e que considerámos, por isso, no desenvolvimento deste trabalho, por várias vezes como um caso exemplar, apesar de reconhecermos as diferenças de contextos (económico, social, geográfico e cultural) e de dimensão entre a instituição canadiana e aquela que pretendemos legitimar nesta dissertação.

Encerrando todo o processo museológico como preservacionista e educativo, fomos também bastante influenciados pela experiência de trabalho educativo em contexto museal que tivemos nos anos lectivos 1996/97 e 1997/98. Nestes anos estivemos destacados no serviço educativo do Museu de Cerâmica em Caldas da Rainha, e procurámos aplicar aqui também a reflexão que nos suscitou o envolvimento nesse trabalho.

Durante o processo de elaboração desta dissertação surgiu em Alcobaça, na sequência de referências públicas já citadas, uma entidade museológica que se encontra actualmente em processo de formação: o Museu dos Coutos de Alcobaça. Desde as suas primeiras propostas que os proponentes desta entidade consideram a Central Eléctrica da Fábrica Fiação e Tecidos como musealizável. Tendo conhecimento do trabalho de investigação que

23 Anexo V.
conduziu à redacção da I Parte desta dissertação (M.ª Olimpia Lameiras-Campagnolo, membro da Comissão Instaladora do Museu dos Coutos de Alcobaça foi inicialmente orientadora da presente dissertação²⁹) incluíram a Central Eléctrica na rede de locais que se propõem musealizar.

Uma vez que esta entidade se encontra em formação e beneficia já de um enquadramento institucional formalizado pela Câmara Municipal, ADEPA e Rede Portuguesa de Museus, pareceu-nos correcto equacionar a possibilidade de concretização da nossa proposta no seio desta entidade polinuclear.

Na II Parte desta dissertação dedicamo-nos, então, a perspectivar os diversos passos da cadeia operatória museológica, numa perspectiva de preservar os indicadores da memória relacionados com a modernidade da região de Alcobaça através dos processos de industrialização, urbanização e electrificação de Alcobaça.

Fica portanto gizada uma programaçao prévia para a concretização de uma unidade museológica da Central Eléctrica da Fábrica de Fiação e Tecidos, isolada ou inserida no Museu dos Coutos de Alcobaça. Esta programaçao carece, evidentemente, de orçamentos, projecto de arquitectura, cadernos de encargos e cronogramas, que deverão ser elaborados no contexto específico das condições de concretização de um projecto deste tipo.

²⁹ A prossecução da tarefa de orientação não foi possível, devido à existência de profundas divergências sobre questões metodológicas e perspectivas sobre a Museologia entre nós e a referida investigadora.
I.ª PARTE

A FÁBRICA FIAÇÃO E TECIDOS COMO FENÓMENO PATRIMONIAL – ESTUDO DOCUMENTAL

1 – O PERCURSO HISTÓRICO DA COMPANHIA AO LONGO DE QUASE 100 ANOS (1875/1974)

2 – O “AMBIENTE” DA FÁBRICA: ESTRUTURAS SOCIO-CULTURAIS CRIADAS NO SEIO DO EMPREENDIMENTO COM FORTES INTERLIGAÇÕES COM A VILA DE ALCOBAÇA

3 – O PROCESSO DE ELECTRIFICAÇÃO DA VILA DE ALCOBAÇA E A SUA RELAÇÃO COM A COMPANHIA FIAÇÃO E TECIDOS DE ALCOBAÇA
1 – O PERCURSO HISTÓRICO DA COMPANHIA AO LONGO DE QUASE 100 ANOS (1875/1974)

1.º Período: 1875-1898
Da fundação até à morte de A. Guimarães

A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, Sociedade Anónima de Responsabilidades Limitada, é fundada a 3 de Fevereiro de 1875.30

Tendo como objecto a fiação e tecelagem de algodão, está sediada no Porto e tem a sua unidade produtora em Alcobaça, mais exactamente no lugar da Fervença: a Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça.

Antecedentes

Vieira Natividade (1885), historiador alcobacense, no seu livro O Mosteiro de Alcobaca, caracteriza, por esta altura, a Vila de Alcobaça como essencialmente industrial: "O facto de Alcobaça ser banhada por dois rios dá-lhe muita importância. O Alcoa, um rio muito importante atendendo ao seu pequeno curso, nasce nos vales de Chiqueda. Os habitantes desta povoação, aproveitando a força da sua corrente, fazem-no mover uma grande série de azenhas, e a molinagem constitui a sua principal indústria. É este rio que os frades, depois de mudarem o curso, dividiram em dois junto a Alcobaça, fazendo passar uma parte ao meio de um claustro do mosteiro, e deixando a outra costear a vila. As divisões deste rio são de grande importância, porque cada uma de per si é o motor de muitas azenhas e uma delas – a Levada – a duas fábricas de papel. (...) São estes rios que depois de juntos vão servir de motor à fábrica de fiação e tecidos da Fervença (...)"31

A força do rio foi, desde que há registos escritos, geradora de desenvolvimento. Classificando-a como força motriz vários autores referem a existência de uma fábrica de papel na Fervença, cerca de 1537, no mesmo lugar onde mais tarde os frades construíram o lugar de azeite e onde mais tarde ainda, no séc. XVIII existiu, até às invasões francesas, uma fábrica de tecidos que afamou os "lenços de Alcobaça".32

Havia pois uma tradição industrial, nomeadamente ligada aos tecidos, associada ao lugar da Fervença, devido à utilização do rio como força motriz.

Desde a extinção da referida fábrica de lenços e até 1874 nada mais houve sobre a indústria de fiação que ideias por concretizar.33

Entre os percorsores da Fábrica encontramos Bernardino Lopes de Oliveira. É este que traz pela primeira vez a Alcobaça Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, que viria a ser o concretizador da Fábrica e seu primeiro Director.

Natural de Santiago de Lordelo, no concelho de Guimarães, J.F. d'Araújo Guimarães estabelece a sua actividade no Brasil onde trava amizade com vários alcobacenses. De regresso a Portugal visita Bernardino Lopes de Oliveira e outros amigos em Alcobaça.

Empreendedor por natureza, Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, então com 39 anos, terá abraçado a ideia de realizar de facto uma indústria de fiação em Alcobaça. Compreendendo a riqueza natural do motor constituído pela confluência dos dois rios terá lançado mãos à obra para a realização da indústria de fiação, numa terra que abraçou como sua.34

Num texto contemporâneo da fundação da Fábrica faz-se, a propósito desta, o elogio das condições naturais da região – “Dificilmente se encontrará em todo o país local, cujas circunstâncias, sejam mais azadas para o tornar um dos primeiros centros industriais.”35 – e da visão dos seus fundadores, contrária à atitude comodista de muitos: “Ocupando-se com os centros fábrics já organizados, ou não se querendo desviar dos grandes centros de população, ninguém olhava para aqueles lugares, que a natureza, enchemo-os de tão felizes circunstâncias, tornava verdadeiros focos industriais.

Não se investigavam os motores naturais, recorria-se logo ao vapor, importando-se com as máquinas o combustível, e o próprio maquinista. (...)

Por isso ninguém procurava Alcobaça, ninguém tratava de explorar as suas riquezas naturais, ninguém pensava na prosperidade da antiga fábrica, não obstante os seus motores serem todos animados.”36 Para além das condições do “motor industrial” que constituía o rio, o autor do texto vai mais longe considerando Alcobaça uma feliz conjugação de factores favoráveis ao desenvolvimento industrial: tem boas vias de comunicação (“tem cerca de

35 Uma Digressão a Alcobaça em Março de 1876, (1876) Porto, Imprensa Comercial, p. 44.
36 Idem, pp. 43-44.
dois quilómetros de estrada real até ao Valado, onde passa o caminho americano, que lhe levará todos os seus produtos, através de uma distância de quatorze quilómetros até ao porto de S. Martinho"). e perspectiva-se o caminho de ferro, tem o rio como motor natural ("o seu motor natural produz a economia annual superior a seis contos de reis, o que lhe custaria igual motor a vapor"), tem abundância de combustível nas vizinhanças, é uma terra abundante, quer devido aos solos férteis quer devido ao pescado da Nazaré, condições que "tornarão mais cômoda ali, do que em outro ponto do país, a vida do operário, e por conseguinte a modicidade do salário". 

Açude

Este é pois o testemunho de um texto contemporâneo, claramente entusiasmado com o (re)nascimento da actividade industrial, a qual prevê de muito sucesso. É claro que em todo o texto pontuam os elogios aos fundadores da indústria: um alcobacense no Porto e um vimaranense em Alcobaça. De facto, é descrita como complementar a actividade de António Grilo no Porto e de A. Guimarães em Alcobaça.

---

37 Idem p.45.
38 Idem.
39 Idem, pp. 45-46.
40 Idem.
A Fundação

Embora na historiografia local as datas de fundação sejam: lançamento da 1.ª pedra da Fábrica a 1 de Junho de 1874 e inauguração do edifício a 2 de Fevereiro de 1878, 41 estamos convictos de que a data da fundação terá um erro de um ano, uma vez que, a estar correcta, a Fábrica teria sido começada em data anterior à da constituição legal da Companhia. 1875, parece-nos, pois, a data mais provável de início do edifício, correspondendo também esta às posteriores comemorações de aniversários do edifício. Esta opinião parece-nos tanto mais correcta quanto corresponde à data do primeiro relatório da Direcção42 e à data definida por Fonseca, C. (1976), na sua cronologia do capitalismo português.43

Estava-se em pleno período da Regeneração, ou do Fontismo, marcado pela ânsia desemvolvimentista de Portugal “acertar o passo com a Europa” em termos de condições materiais.

Mendes, A. (1999), na sua História da Indústria Portuguesa, refere-se à Regeneração (1851-1910) como “um período de modernização durante o qual se operaram diversas transformações em todos os sectores da vida portuguesa”44 e a indústria não foi exceção.

A indústria têxtil e algodoeira beneficiava de protecção pautal já antes de Fontes Pereira de Melo estar à frente do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1852).

A indústria estava muito concentrada nos grandes centros (Lisboa e Porto), sobretudo devido às questões de acessibilidades, capitais, matéria-prima e mão-de-obra.

Teria razão o autor do texto contemporâneo que classificava Alcobaça como um lugar privilegiado para a instalação de indústrias, ao possuir energia hidráulica, um caminho de ferro muito perto e abundância de mão-de-obra com razoáveis condições de vida.45

O impulso e parte dos capitais da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça provêm do Porto, zona caracterizada numa obra desta época (1875) como um importante centro da indústria algodoeira.46 Na primeira lista de accionistas da Companhia Fiação e Tecidos de

---

42 Não dispomos do primeiro relatório, mas o documento de 1876 classifica-se como o segundo relatório anual.
45 Cf. pp. 30-31 e Uma Digerção a Alcobaça em 1876.
46 Pery, Gerardo Augusto, Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias, com um Atlas. 1875, citado em
Alcobaça (sediada no Porto) de que dispomos, 78 dos 133 accionistas residem no Porto, havendo ainda mais sete residentes em regiões do Norte.⁴⁷

A Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça funda-se então como Sociedade Anónima de Responsabilidades Limitada,⁴⁸ com capitais maioritariamente do Norte, impulsionada por Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, um homem que podemos classificar de “empreendedor dinâmico” e “self made man” como muitos dos que marcam, na opinião de Mendes, A. (1999), o panorama industrial português do final do século XIX.⁴⁹

RELATÓRIO
DA
DIREÇÃO
E
PARECER DO CONSELHO FISCAL
DA
COMPAHIA DE FIAÇÃO E TECIDOS
DE
ALCOBAÇA
SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADES LIMITADA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1876

PORTO
TYPOGRAPHIA OCCIDENTAL
51—PRAIA—51
1877

Capa do Relatório da Direcção de 1876

Só em 1878 podemos situar o início da laboração efectiva da Fábrica. Várias dificuldades tiveram de ser vencidas até lá; algumas comuns a todo o panorama industrial português — como a formação de pessoal —, outras decorrentes de situações pontuais, como acidentes com as cheias do rio.

Em 1876 a secção de fiação estava já montada. A maior parte das máquinas de fiação eram de origem inglesa, da firma Curtis Sons & C.ª, de Manchester. Para a montagem das máquinas vieram operários de Inglaterra.\(^{50}\)

Foi construído um edifício de raiz para a Fábrica e foi aproveitado o velho lagar para depósito de algodão em rama. Este depósito, depois de pronto, ficou com uma capacidade de 800 sacas.\(^{51}\)

O início da Fábrica é um pouco acidentado. Com efeito, logo em 1875, devido às cheias do rio, há uma parede do edifício em construção que cai por terra. Em consequência deste incidente foi decidido desviar a curva do rio.\(^{52}\)

Para além disso houve também a necessidade de despedir um mestre, contratado segundo qualificações que se vieram a descobrir ser falsas, após alguns incidentes, um dos quais teve como consequência o despedimento de dois contra-mestres.

No âmbito dos edifícios o relatório anual de 1878 dá-nos conta de que se montou uma oficina de branqueação, se continuou o lageamento da Fábrica e o calcetamento dos armazéns e pátio exterior e se procedeu ao acabamento do andar superior da Fábrica. Foram também construídas 5 pequenas casas para operários.

A laboração arranca com as secções de fiação e tecelagem a trabalhar, com 124 teares mecânicos e 30 manuais, produzindo pano cru, riscados e cotins de cores. Trabalham, no início da Fábrica, 141 operários, sendo 50 do sexo masculino e 91 do sexo feminino. O preço médio de salários por dia é de 52 reis.\(^{53}\)

A energia hidráulica é a força motriz, criando uma solidariedade com o rio que faz a produção depender do seu caudal. Por isso, logo neste ano de 1878 se faz notar a necessidade de complementar a energia hidráulica com uma máquina a vapor, para evitar que a produção seja prejudicada pelas variações do caudal do rio.

\(^{50}\) Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto 1876.

\(^{51}\) Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto 1876.

\(^{52}\) Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto 1876.

Laboração (a partir de 1878)

A partir de 1878 encontramos a Fábrica de Fiação e Tecidos com uma laboração efectiva e regular.

Em 1879 estão ao serviço da Fábrica 196 operários, dos quais 92 são homens e 104 mulheres.\(^{54}\) Não são referidas as idades dos trabalhadores, mas consideramos que a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca não fugiria a um panorama industrial nacional onde grande parte da mão-de-obra era feminina e infantil.\(^{55}\) Para além dos trabalhadores efectivos o relatório da Direcção, referente a 1879, menciona ainda a existência de trabalhadores à jorna, por tarefa, dos quais não foi feita qualquer contabilização.\(^{56}\)

Logo no ano de 1879 os produtos da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca são apresentados na Exposição Portuguesa do Rio de Janeiro, onde obtêm uma medalha de ouro. A qualidade dos produtos é sempre uma “bandeira” da Companhia, que, no início, enfrenta sérias dificuldades para colocar os produtos no mercado, face à concorrência de outros mais baratos, mas de menor qualidade, sobretudo estrangeiros.\(^{57}\)

Em 1880 a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca apresenta, pela primeira vez, actividade lucrativa.

O relatório da Direcção referente a este ano salienta a superior qualidade dos produtos que os colocou muito bem no mercado.

Trabalham, neste ano, na Fábrica, 222 operários, dos quais 120 são mulheres.

Em 1880 é adquirida uma máquina a vapor, para colmatar as descontinuidades na produção, decorrentes das variações do caudal do rio, que alteravam o funcionamento da turbina. A máquina a vapor foi adquirida, por 4800 reis, à Companhia Fiação e Tecidos de Coimbra, companhia esta que parece ter sido um projecto que não chegou a concretizar-se, pois o relatório refere, a este propósito: “Aproxima-se porém a época em que veremos desaparecer este inconveniente com a montagem da máquina a vapor, que, em cumprimento da vossa deliberação, comprámos em condições vantajosas à Companhia Fiação e Tecidos de Coimbra, que por não ter conseguido montar completa e definitivamente o seu estabelecimento fabril, infelizmente para os seus fundadores e para o país que tanto

\(^{54}\) Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1879.

\(^{55}\) Veja-se a propósito as entrevistas com as fadieneiras que referem trabalhar na Fábrica desde muito novas, com idades que à luz da lei actual, seria considerado trabalho infantil. (Anexo I).


necessita de desenvolver as suas indústrias, se viu obrigada a liquidar. (...) Antes de
desmontada mandamos experimenta-la, e reconheceu-se que funcionava perfeitamente. 58

Ainda antes da energia a vapor a produção da Fábrica em 1880 foi superior, ao ano an-
terior, em 10919 peças. 59

Com o início da energia a vapor, e para rentabilizar esta, são adquiridos mais 300 teares
e máquinas de fiação.

1881 é o ano em que se inicia a estatística industrial em Portugal. 60 De facto, o Inquérito
Industrial realizado nesse ano é uma das principais fontes para o estudo da indústria portu-
guesa no séc. XIX.

Nesse mesmo ano a Fábrica Fiação e Tecidos é visitada, como outros estabelecimentos
industriais, pela Comissão do Inquérito Industrial, à qual disponibiliza os dados solicitados.
A propósito deste inquérito a Direcção dedica um parágrafo no seu relatório anual em que
exprime fundamentalmente duas preocupações sobre o futuro da indústria nacional: as
atuudes do Estado quanto a uma política protecionista e quanto à formação de pessoal
especializado, que são dois pontos considerados críticos em relação à situação da indústria
portuguesa. As palavras da Direcção revelam preocupação mas também esperança na atitude
do Estado face aos resultados do Inquérito, que espelharam necessariamente as necessidades
da indústria portuguesa nos seus diversos sectores: "Oxalá que os governos do país,
compenetrados das necessidades das indústrias que esse inquérito deve ter revelado, não
descarem remedia-las, já por meio de justa e razoável protecção, já pela criação de escolas
onde se habilite com conhecimentos especiais o pessoal dirigente e operário, porque é
incontestável que a falta deste pessoal é um dos grandes obstáculos ao progressivo
desenvolvimento das indústrias do nosso país e uma das causas do seu atraso. 61

A questão do proteccionismo à indústria é, aliás, várias vezes abordada nos documentos
oficiais da Companhia. Segundo Mendes, A. (1999) esta é mesmo a maior expectativa dos
industriais portugueses que a consideravam quase como uma solução milagrosa para o
problema do atraso português. 62

62 "Porém talvez seja mais adequado interpretar a referida atitude de outra forma, isto é, como revelando não
só racionalidade económica como certo realismo. Assim, dadas as limitações com que os empreendedores
se desfazem na sua actividade – deficiente formação de recursos humanos, difícil acesso ao capital,
devido aos juros serem demasiado altos e reduzida escala do mercado nacional –, a medida mais fácil de
No caso específico da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, saliente-se neste período, um desagrado, expresso no relatório anual de 1880, contra a entrada das sacas de cereais sem qualquer agravamento ao nível alfandegário, para além da participação na solicitação colectiva ao Governo para aumentar os impostos sobre a entrada de tecidos estrangeiros em Portugal: "Deliberou também em comum com os gerentes de outras Fábricas e diversos industriais, representar ao governo para que fossem sujeitas ao pagamento de direitos as sacas que são importadas com cereais estrangeiros, não sendo justo que, tendo elas a mesma aplicação que os tecidos idênticos importados no país com um imposto subido, sejam isentas de igual ónus, porque o facto estabelece uma concorrência desvantajosa para a indústria nacional de artigos similares, e representa para o estado a perda de uma soma importante.

Não tendo até hoje sido atendida tão justa representação, está sendo assinada nova, com os mesmos intentos." E de novo em 1882: "Assinámos a representação que na sessão passada foi dirigida ao poder legislativo, justificando a conveniência que a indústria nacional e a riqueza pública colheriam da elevação do imposto aduaneiro sobre a importação de tecidos lisos de algodão, e conjuntamente solicitando a aprovação do projecto de lei que o sr. Deputado J.A. Gonçalves apresentou com o intento de obter a sanção legislativa para aquela conveniência nacional."

Inserindo a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça no panorama da indústria portuguesa revelado pelo Inquérito Industrial de 1881 verificamos que:

- A Fábrica Fiação e Tecidos de Alcobaça é um dos 30 estabelecimentos fabris que, ao nível nacional, se dedicam à tecelagem de algodão, linho e seus congéneres.
- A Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça emprega 0,6% do total dos trabalhadores de indústrias deste tipo ao nível nacional (tem neste ano 251 operários, quando os dados do Inquérito revelam 39597 trabalhadores em todo o país).
- A Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça emprega 7,7% dos trabalhadores fabris de todo o distrito de Leiria, onde estão registados 35 estabelecimentos fabris, com um total de 3252 trabalhadores, em diversos ramos de indústria.

A situação da Companhia mantém-se próspera desde o início da laboração. Em 1886 refere-se que a Fábrica tece quase todo o fio que utiliza.


Em 1890, e apesar de a turbina estar a funcionar de forma reduzida devido à escassez de água do rio, a produção revela-se superior, em relação ao ano anterior, em 7311 peças.\textsuperscript{66}

Em 1892 Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães continua a procurar rentabilizar ao máximo o trabalho da Companhia: com as novas máquinas já instaladas procura competir no mercado com produções diversificadas – toalhas turcas e felpudas, panos patentes crus e branqueados, guardanapos e lenços – produtos que tiveram de imediato boa aceitação no mercado. Além disso, nesse mesmo ano, a imprensa notícia o convite dirigido a um engenheiro do Porto para se deslocar a Alcobaça a fim de “

\textit{estudar o meio mais econômico e eficaz de aproveitar integralmente o motor hidráulico},” pois a produção do ano anterior teve de recorrer muito ao carvão, produto que registava preços muito elevados.\textsuperscript{67}

Em 1893 o desenvolvimento da produção torna inadiável a substituição da turbina por outra mais potente, a aquisição de novos teares e a criação de uma branquearia a vapor, esta última para melhorar os panos brancos que se noticia como tendo uma procura cada vez maior.

Em 1897 chegam a nova turbina e a nova máquina Farcot para incrementar a produção.

\textbf{Desde 1896 que a Fábrica dispõe também de energia elétrica, que não encontramos ainda referida como força motriz, mas o facto de existir luz eléctrica na Fábrica também influencia o volume da sua produção, uma vez que nesse mesmo ano foram inaugurados os serões de trabalho em algumas dependências da Fábrica, iluminadas a luz eléctrica.}

Durante todo este período a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça não párava de aumentar o seu património e melhorar a sua produção, como o provam os dados que se seguem, retirados dos relatórios anuais da Direcção e da imprensa local:

- Em 1882 adquire-se o moinho da Fontinha, que ficava em terras próximas, que mais tarde é arrendado.\textsuperscript{68}

- Em 1885 chega a nova máquina a vapor, de origem inglesa e com uma capacidade de 130 CV.\textsuperscript{69} Neste mesmo ano termina a tecelagem manual na Fábrica.

\textsuperscript{66} Cf. \textit{Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal}, Porto, 1890.

\textsuperscript{67} Cf. \textit{Semanal Alcocencense}, n.º 100, 27/3/1892.

\textsuperscript{68} Embora desde 1876 (no relatório anual) Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães expresse aos accionistas a clara intenção de aproveitar a força motriz do rio para imensas lagares de azeite, esta intenção não parece ter sido concretizada. O Conselho Fiscal recomenda no mesmo documento que outras produções só serão desejáveis no final de completamente instalada a Fábrica com todas as suas secções. Não encontrando referências posteriores a este assunto pensamos que provavelmente ele terá sido abandonado em virtude do trabalho da Fábrica ser demasiado absorvente.

\textsuperscript{69} \textit{“Este maquinismo compõe-se de três geradores ou caldeiras de vapor, sistema Galloway, encomendadas à Fábrica de W. & J. Galloway & Sons, de Manchester; de uma máquina de vapor, sistema horizontal, da força de 130 cavalos, cuja fabricação foi confiada à casa de Joseph Farcot, de Salt-Owen; de uma urdidora; de um torno mecânico e de uma máquina de apelar.” \textit{Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal}, Porto, 1885.
- Em 1888 noticia-se a existência de mais dois corpos anexos à Fábrica.
- Em 1890 constrói-se um armazém junto à estação de caminhos de ferro do Valado, para a qual é pedida a construção de um ramal; adquire-se também uma nascente de água potável e continuam obras nos edifícios da Fábrica.
- Em 1891 pondera-se a hipótese de construção de uma linha férrea até à Fábrica. Esta proposta é apresentada pela Empresa do Ascensor da Nazaré e acaba por ser recusada por não se considerar vantajosa.
- Em 1893 adquire-se um terreno fronteiro à Fábrica (do outro lado da estrada) para construir novas dependências, nomeadamente um depósito de fazendas e uma banqueira a vapor.
- Em 1894 chega uma nova turbinas para substituir a anterior, mas não inicia logo a laboração.
- Continuam a ser ampliados os edifícios e a partir de 1898 fala-se em “Fábrica Velha” e “Fábrica Nova”.

É claro que encontramos nos relatórios anuais da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobacã as repercussões da crise económica que Portugal atravessou, sobretudo no início do século 90. As considerações gerais que a Direcção faz vão todas no sentido da necessidade de um maior proteccionismo por parte do Estado à indústria nacional. Aí se integram afirmações dos relatórios como: “(...) toda a sensatez e prudência serão precisas nos eleitos e nos eleitores das sociedades anónimas para manter na prosperidade empresas industriais, que no nosso país só se têm podido desenvolver amparadas por uma elevada protecção aduaneira.” ou “O que porém é evidente, e que está no ânimo geral do país, é a necessidade de se promover por todos os meios possíveis o desenvolvimento das indústrias fabris e agrícolas, e de atenuar por esta forma o enorme desequilíbrio da nossa importação e

---

70 Estas obras foram realizadas pelos próprios operários e que permitiu não despendendo dinheiro com ordenados específicos para os trabalhadores das obras. Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1890.

71 O parecer negativo da Comissão nomeada para apreciar a questão é publicado na íntegra, pelo jornal local, Semana Alcobacense e por ele conhecemos alguns aspectos interessantes da vida da Fábrica como por exemplo:

A Fábrica “aproveita com muita vantagem para o transporte das matérias primas e combustível os serviços, que nos intervalos das culturas os lavradores podem prestar-lhe com os bois de lavoura”.

A Companhia “tem a vida assegurada pela experiência do seu passado, pela fez situação e recursos naturais da sua fábrica, e pela grande facilidade de obter muitos operários de regular aptidão e óptimo comportamento.” Semana Alcobacense n.º 107, 15/5/1892.

exportação, que tão prejudicial nos tem sido, concorrendo em grande parte para agravar a crise com que o país está lutando.”

A propósito da situação humilhante que Portugal viveu com a Inglaterra (em que os incidentes diplomáticos sobre a posse de territórios em África viram a culminar no ultimato inglês de Janeiro de 1890) a Direcção insere no seu relatório interessantes palavras que visam promover um aproveitamento positivo da situação para o sector industrial português:

“Se o sentimento patriótico que acaba de ser ferido tão cruel e injustamente pelo insulto que nos dirigiu a ambiciosa Inglaterra, não for apenas a dolorosa impressão de momento, que o tempo, na sua acção destruidora, atenue e apague em breve; se o impulso de indignação que levantou todo o país em manifestações de protesto contra aquela nação, pela ofensa aos nossos brios e aos nossos direitos, ficar gravado e bem fundo indeleivelmente no coração de todos os portugueses, como deve ficar, como é mister que fique por dignidade e para desagravo da nação, algum benefício pode e deve resultar destas manifestações patrióticas para as nossas indústrias em geral, e especialmente para aquelas que, como a nossa já têm atingido um elevado grau de desenvolvimento e representam produtos que ainda têm larga importação de similares ingleses. Que a indiferença pelos nossos interesses económicos, da qual todos nós governantes e governados temos grande quinhão de responsabilidade, acorde do seu demorado sono; que aproveitemos as favoráveis disposições do país para cuidarmos dos nossos interesses, unindo-se à iniciativa particular a acção governativa até onde ela pode e deve intervir, e a espoliação que se nos quer fazer terá para nós resultados prácticos de subido alcance com relação à riqueza pública, sem contudo devermos esquecer o insulto para permanecermos na desforra, tanto quanto permitam as forças, recursos e elementos de que possamos dispor para esse levantado e patriótico fim.”

Os aspectos da crise económica marcam os últimos anos deste período e, mais concretamente a partir de 1897, as preocupações com o mercado colonial.

No relatório de 1897 percebe-se o receio muito forte de que o Estado português conceda exclusivos sobre os produtos da indústria algodoeira no Ultramar. Não se explicita se são indústrias estrangeiras, mas alerta-se para o facto de essa decisão representar a “vida ou morte para a indústria algodoeira no nosso país (…) golpe de morte não só à indústria de tecelagem, mas a todas as indústrias congénere, a bem dizer nascentes em Portugal, resultando sem dúvida, de tal imprevidência, se se der, não só o comprometimento e esterilização de

74 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1889, pp.5-6.
valiosos capitais empregados, mas a subsistência de mais de mil e duzentos operários, que depressa lutarão com o desespero e com a fome."\textsuperscript{75}

No relatório do ano seguinte o texto é mais incisivo e tem já clara a marca do protesto: "Ora a par da luta que a indústria porfia, á custa de uma constante labutação e incessante esforço, o governo, sem dívida por mal orientado, parece querer ferir-nos mortalmente, concedendo privilégios e exclusivos no ultramar. Se tal calamidade se der, a indústria, por mais florescente e próspera que seja, depinhará e arrastará consigo o país à verdadeira desgraça e miséria. Assim, ligados às mais Fábricas congêneres, não cessaremos de protestar em legítima defesa da indústria nacional."\textsuperscript{76}

As questões gerais sobre a indústria portuguesa comprovam estas preocupações, com os sinais de crise provenientes do Ultimato Inglês e da crise generalizada de 1890-92\textsuperscript{77} e da concorrência feroz entre uma indústria que registou nestas últimas décadas do séc. XIX uma expansão que fazia perigar a boa saúde do sector. Pelo inquérito industrial de 1890 registam-se mais 95 estabelecimentos fábricos deste ramo, em relação ao registo do Inquérito Industrial de 1881.\textsuperscript{78}

A ligação com o Norte mantém-se sempre, embora a mudança da sede seja por vezes abordada. Logo em 1878 se encontra uma referência isolada a essa possibilidade. Em 1894 a mudança da sede para Alcobaça é mesmo apresentada como proposta à Assembleia Geral de accionistas, como indica uma noticia da imprensa local, sem que, posteriormente, se encontre sequência da noticia.\textsuperscript{79} Provavelmente não terá sido considerado oportuno uma vez que a maior parte dos capitais continuava a situar-se no Norte – mais exactamente 75 dos 313 accionistas, os accionistas de Alcobaça detinham 39% do capital investido, uma vez que nas mãos de accionistas de Alcobaça se encontravam 1170 das 3000 acções emitidas pela Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça.\textsuperscript{80}

A questão da energia utilizada pela Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça coloca-a, parece-nos, numa situação privilegiada em relação a outras indústrias e a outras terras portuguesas. Segundo Mendes, A. (1999) "A questão da energia é fundamental em todas as épocas, quer seja analisada em si mesma, quer nas suas relações com as diversas actividades humanas (...) Entre os anos 1890 e 1920, a problemática das energias, em Portugal passa

\textsuperscript{75} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1897, p. 6.
\textsuperscript{76} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1898, p.7.
\textsuperscript{78} Mendes, A. (1999). op. cit p. 244.
\textsuperscript{79} Cf. Semana Alcobacense n.º 191, 1/1/1894.
\textsuperscript{80} Lista de accionistas in Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1894.
essencialmente pelas seguintes questões: a) persistência na utilização – ainda que em fase de progressivo decréscimo – das energias naturais, e sobretudo eólica e hidráulica, com destaque para esta última; b) a continuação da difusão da máquina a vapor; c) a utilização do gás; d) o aparecimento em termos regulares e utilizários, da energia eléctrica; e) o crescimento da produção e do consumo desta e, simultaneamente a necessidade de intensificar a substituição da energia termoeletricade pela energia hidroeléctrica, devido às vantagens que daí advinham (utilizando-se um recurso que possuíamos, a água, em vez de outro geralmente importado que era o carvão). (...)”

Podemos, pois, inserir a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, mais exactamente a Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça, na primeira geração de centrais elétricas, que se situa em Portugal nos últimos anos do séc. XIX e início do séc. XX. Nesta fase, e ainda segundo o mesmo autor, a electricidade começou a ser usada na iluminação, em alguma aparelhagem doméstica e em certas indústrias.

**Em resumo,** este foi pois o período de criação e de lançamento da Fábrica, período decisivo que criou uma estrutura onde nada havia de semelhante, que criou as bases de uma indústria próspera e que colocou no mercado os produtos e o nome de Alcobaça.

Foi também a génese do desenvolvimento do núcleo urbano da Fervença, nomeadamente através da criação de habitações para empregados junto à Fábrica. Refira-se aliás que a própria imprensa referirá mais tarde, o lugar da Fervença como tendo nascido à sombra da Fábrica.

Neste 1.º período da sua vida a Fábrica de Fiação e Tecidos de Alcobaça beneficiou de algumas ligações com o estrangeiro – nomeadamente através do recrutamento de mestres de Barcelona, da compra de teares à Inglaterra e da turbina à Alemanha –, aproveitou a ligação com os caminhos de ferro, designadamente construindo um armazém junto à estação ferroviária do Valado e beneficiando de um ramal dos caminhos de ferro até ao seu interior, beneficiou ainda da ligação/filiação com o Porto, centro industrial por excelência; utilizou em complemento a energia hidráulica e de vapor (iniciando ainda neste período a utilização da energia eléctrica, mas não ainda como força motriz) e desenvolveu uma importante obra social de assistência e formação aos operários.

---

82 Idem, p. 260.
83 Comarca de Alcobaça n.º 253, 20/12/1950.
84 V. pp.92-96 e Anexo VI.
Período indeleavelmente marcado pela figura dos seus fundadores, sobretudo de Araújo Guimarães, que se ocupou da Direcção da Fábrica até à morte. Este marcou com a sua presença não só a Fábrica, mas a Vila de Alcobaça, assumindo-se como impulsionador de diversas iniciativas de beneficiação da localidade, como por exemplo a iluminação elétrica particular nalgumas casas de Alcobaça, tendo desempenhado por mais de uma vez o cargo de Presidente da Câmara de Alcobaça, assim como assumiu outros cargos de importância local. 85

A Figura de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães

O fim deste período é marcado pela morte de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães, o homem que conseguiu pôr de pé a ideia da Fábrica, que concretizou o sonho de muitos alcobacenses e que criou na Vila um pólo de progresso e de desenvolvimento a vários níveis.

Por isso a sua morte foi recebida com muita consternação e manifestações de dor. "De origem modesta, Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães só pela sua actividade inexcelsa e inteligência lucida adquiriu fortuna avultada", com a qual, graças ao prestígio do seu nome honrado, tornou viável o devaneio sorride do glorioso sonhador Bernardo Pereira de Sousa, aproveitando a magnífica queda de água da Fervença para motor de uma empresa industrial. E em breve surgiu o edifício e laborou a fábrica de ano para ano mais grandiosa e mais opulenta de benefícios para os accionistas, que viam os seus capitais frutificando em pingues dividendos, e para os operários, cujos salários excedem a remuneração auferida no improbo trabalho dos campos, tendo a demais a garantia dos socorros e assistência médica na doença. (...)

Dai a prosperidade que há anos bafeja Alcobaça, e que com justiça se pode atribuir em grande parte à sua fecunda iniciativa (...). 87

O caixão foi transportado por operários da Fábrica.

No cortejo fúnebre e coroas de flores há muitas referências aos corpos gerentes da Companhia.

"Na vanguarda [do cortejo fúnebre] a filarmónica da Maiorga, seguida de longas alas de operários e operárias da fábrica e das asiladas." 88

85 É enquanto Presidente da Câmara que recebe em sua casa, em 1896, o Ministro do Reino João Franco, cuja visita a Alcobaça inclui, como não poderia deixar de ser, a visita à Fábrica de Fiação e Tecidos.


87 Semana Alcobacense, n.º 432, 4/10/1898.

88 Semana Alcobacense, n.º 432, 4/10/1898.
Descreve-se o pranto impressionante das operárias da Fábrica perante a perda do “seu pai adoptivo”. O caixão foi coberto com a bandeira da Fábrica e ficou temporariamente no jazigo da família Rino.

A figura de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães continuará a pontuar a história da Fábrica e da Vila. Será mais tarde inaugurado um busto seu que será colocado na entrada da Fábrica e, quando organizado um edifício para a Assistência aos operários, este terá o nome do fundador do estabelecimento fabril, que foi sempre descrito como amigo dos operários, quase como um pai, que para além de se interessar pelo seu trabalho se interessava também pelos aspectos humanos e muito concretamente pela necessidade da instrução das classes trabalhadoras: “A instrução popular tem-lhe merecido também os maiores desvelos. Onde souber que há um povo sem escola recomenda-lhe, insiste, que se reúna para representar nesse sentido aos poderes públicos, e ele mesmo se encarrega da apresentação.”89

2.º Período: 1898 – 1904

Direcção de M. Martins da Cunha

Este segundo período pode ser considerado quase como um período de transição, quer pela sua curta duração, quer pela ausência de momentos de ruptura ou grandes inovações. Assim, optámos por não criar subdivisões no texto deste período.

Não há dúvida que a morte de Joaquim Ferreira de Araújo Guimarães representou um duro golpe para a Fábrica da Fervençã e para a continuidade do trabalho. Fundador e Director da Fábrica ele era também a imagem do estabelecimento fabril, pelo menos em Alcobaça. A sua morte, para além de causar desgosto aos que com ele trabalhavam e de ser considerada por muitos como uma grande perda para toda a Vila, parece-nos também ter sido responsável por uma divisão dos accionistas da Companhia, em accionistas do Porto e accionistas de Alcobaça. Este facto é-nos desvendado pela imprensa local, assim como a perturbação que causou nas Assembleias Gerais da Companhia que se seguiram à morte de Araújo Guimarães.90

89 Semana Alcobacense n.º 345, 31/1/1897.
Logo em Dezembro de 1898 (recorde-se que Araújo Guimarães tinha falecido em Setembro do mesmo ano) o jornal *Semana Alcobacense* publica um convite aos “accionistas da Fábrica da Fervença” para uma reunião, no próprio dia da publicação do convite, sem indicar o motivo da reunião. A referência seguinte surge em Fevereiro de 1899, quando é convocada uma Assembleia Geral Extraordinária para discutir uma alteração de estatutos. Nesta ocasião, é nomeada, em Alcobaça, uma comissão de accionistas para estar presente na Assembleia Geral, no Porto. Noutra Assembleia Geral, no Porto, no mesmo mês, convocada com o fim de discutir e votar o relatório e contas relativo ao ano anterior e preencher a vaga de Direcção aberta em Alcobaça, alguns accionistas de Alcobaça (nomeadamente Baptista Zagallo e Sanches Barreto), abandono a reunião, após intervenções polémicas, sobre a legalidade de alguns processos da Assembleia Geral. Em causa estava uma proposta, apresentada por Isidoro Moura, para o adiamento da eleição do Director para Alcobaça, quando os estatutos indicavam (claramente, segundo os accionistas de Alcobaça) que a eleição deveria ser feita naquela mesma Assembleia Geral: “Em virtude disso, os accionistas de Alcobaça retiraram-se da assembleia, declarando ao presidente, pela boca do sr. Dr. Francisco Baptista Zagallo, que se retiravam para não sancionarem com a sua presença o proceder ilegal que a assembleia havia adoptado, deixando os accionistas do Porto à vontade para fazerm o que lhes apronvesse, recaendo sobre eles e só sobre eles a responsabilidade das consequências funestas que isso pudesse ter sobre a prosperidade da Companhia.

Foi depois aprovada a proposta de adiamento da eleição e incumbido o conselho fiscal de nomear interinamente um administrador para a fábrica.” O nomeado é M. Martins da Cunha, que virá mais tarde, em Março de 1901, a ser de facto eleito para o cargo.

Em 1900, sobre nova proposta de reforma dos estatutos da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, o jornal *Semana Alcobacense* publica um extenso artigo sobre o assunto, assinado por “um alcobacense que não renega nem afronta a sua terra”. Este artigo, embora afirme a intenção de não tomar partido, diz logo no início: “Na apreciação que vamos fazer

---

91 "CONVITE. São convidados os srs. Accionistas da Fábrica da Fervença a reunir hoje, pelas 7 horas da noite, no Club Alcobacense" in *Semana Alcobacense*, n.º 442, 18/12/1898.
92 Cf. *Semana Alcobacense*, n.º 448, 29/1/1899 e *Semana Alcobacense*, n.º 399, 13/2/1898.
da vantagem ou desvantagem que há na adoção das modificações propostas, arredaremos do nosso espírito o intuito mesquinho que elas têm em mira. Da sua leitura ressalta evidentemente (o que não surpreende quem teve conhecimento do modo pouco edificante como na assembleia geral do ano passado se atropelou a lei com o propósito único de afrontar os accionistas de Alcobaça) que se pretende reservar para os accionistas do Porto o exercício do poder supremo da Companhia, criando embaraços à representação dos accionistas de fora da sede, e assim arranjando as coisas de modo que embora os accionistas do Porto não possuam a maioria das acções, e muito menos a maioria de representação expressa em votos, nas assembleias gerais tenham a maioria da votação, dispondo sozinhos e a seu bel-prazer, dos destinos da Companhia.” O mesmo artigo resume assim as alterações propostas: “As principais modificações propostas pela reforma são: dois directores no Porto em vez de um; a criação de acções ao portador, a proibição do subestabelecimento de procurações; a obrigação destas serem apresentadas na sede da Companhia pelo menos 24 horas antes da Assembleia Geral; a ingerência do Conselho fiscal na administração da Companhia, subordinando a este a Direcção na resolução dos seus actos mais importantes; e o abono da gratificação de 2,5% aos directores, ainda que o dividendo seja inferior a 6%.” O autor alcobacense, manifesta-se abertamente contra algumas das alterações propostas, expondo os encargos económicos adicionais e frisando bastante a questão de que é em Alcobaça que se encontra o “único estabelecimento produtor da Companhia.”. Analisando ponto a ponto as alterações, manifesta desta maneira o seu desacordo sobre o novo papel do Conselho Fiscal: “A ingerência do Conselho Fiscal na administração da Companhia, transformando a Direcção em mera executora dos seus usos [sic] administrativos, afigura-se-nos princípio mais nocivo ao qual se subordina o projecto. Três entidades há na Companhia: a Assembleia Geral, seu poder supremo, competente para deliberar e resolver todos os seus negócios em última instância, e as suas delegadas, a direcção para administrar, e o conselho fiscal, para fiscalizar, vigiando em que seja cumprida a lei e a sua administração seja feita pelo modo mais consentâneo à sua prosperidade. Transformar o Conselho Fiscal em uma entidade administrativa é ocasionar uma deplorável confusão e usurpação de atribuições, tirando-lhe de mais à serena imparcialidade de ânimo que lhe é indispensável para informar conscienciosamente a Assembleia Geral. Como poderá ele encarar e apreciar com frieza os actos que são da sua

Não dispomos dos estatutos da altura. Pelos estatutos de 1944 a cada 5 acções corresponderia a um voto em Assembleia Geral (Cf. Estatutos da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça. 1945, Art. 11.º, Cap. III). Assim, não seria o número de accionistas, mas o número de acções que cada um possuía que determinava o seu “peso” na votação.
inteira responsabilidade, porque foram por ele deliberados e determinados à Direcção para dar deles parecer insuspeito à Assembleia Geral?!?

Por Deus! Se acham os membros do Conselho Fiscal mais probos e competentes para a administração, elejam-nos para a Direcção, mas não aniquilem o Conselho Fiscal, confundindo-o e baralhando-o com a Direcção." Faz também considerações sobre o que classifica de disparates da nova proposta, por não ser coincidente com as funções que a cada órgão atribuem as sociedades deste género.

Todo o artigo está escrito em tom jocoso, atacando fortemente o "grande luminar" por "evidenciar pouca lucidez de espírito". Nunca identificando nominalmente o atingido, termina o artigo com estas palavras: "Bem se vê que o tal grande luminar já deu o que tinha a dar. (...) Para bem de todos deve ele recoller-se ao lar doméstico, senão com a sua sábia inspiração alcançará a Companhia Fiação e Tecidos a grande prosperidade do ascensor da Nazaré." Parece-nos que o visado deverá ser António Lúcio Tavares Crespo, Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, alcobacense a residir no Porto e mentor do Ascensor da Nazaré.

Os estatutos são finalmente aprovados em Maio de 1900.

Em 1901 e 1902 são publicados no jornal vários anúncios para venda de acções, o que nos parece que poderá não ser uma coincidência, mas o resultado de algum descontentamento entre os accionistas de Alcobaça ou ainda um reflexo da crise que marca a indústria algodeeira portuguesa.

Já sob a gestão de M. Martins da Cunha a produção da Fábrica continua a crescer. Revitaliza-se a branquearia mecânica "que há tanto tempo jazia improfícua para a Companhia", começando esta a funcionar em 1899, cria-se uma pequena tinturaria, criam-se instalações sanitárias, mais alguns armazéns e arrecadações e continua-se a investir nas construções de habitações para o pessoal. É também logo no início desta nova gestão (1899) que encontramos expressas as primeiras preocupações com a prevenção e combate a incêndios. Nestas se inserem a construção de um depósito de água (com 130 metros cúbicos) que, apesar de ser destinado sobretudo ao funcionamento da branquearia, poderá ser muito

96 Semana Alcobacense n.º 504, 25/2/1900.
97 Cf. Semana Alcobacense n.º 504, 25/2/1900 e Semana Alcobacense, n.º 757, 29/1/1905.
98 Cf. Semana Alcobacense n.º 556, 24/2/1901.
100 Cf. pp. 39-41.
eficaz em caso de incêndio, caso a Fábrica seja dotada de bocas de incêndio. Coincidência ou não, a Fábrica foi nesse ano vítima de um incêndio, sem no entanto ter sofrido conseqüências graves.

Mas a principal realização de 1899, inserida no primeiro relatório assinado por M. Martins da Cunha, é a renovação da secção de fiação – referida como estando em desvantagem em relação à tecelagem – cujas instalações foram melhoradas e dotadas de aquecimento.

Estas obras de beneficiamento, a diversificação da produção e a aquisição de novas máquinas, são também noticiadas na imprensa local, onde são seguidas com muita atenção.

Este período é marcado por uma crise da indústria algodeeira nacional. De facto, o crescimento muito rápido do número de estabelecimentos industriais dedicados à fiação e tecelagem faz perigosa a saúde da indústria algodeeira. Os dados do Inquérito Industrial de 1891 indicam a existência de 30 indústrias do género, que reúnem c. de 300.000 fusos e 4000 teares. Logo os organizadores do Inquérito constatam o grande aumento desta indústria e alertam para o perigo que este crescimento poderá significar, criando excedentes que o mercado não conseguirá absorver ou que não terão capacidade para enfrentar a concorrência. E deixam expresso o alerta: "A indústria algodeeira atravessa uma fase crítica que a conduzirá fatalmente à ruína, se uma reforma sensata nas pautas não lhe abrir campos novos para a exploração."

A "pequenez do mercado interno" é considerada por Lains, P. (1989) como um dos problemas da indústria portuguesa. "No caso português as exportações de produtos industriais foram sempre diminetas e a contribuição dos mercados externos para a nossa industrialização na segunda metade do século [XIX] foi praticamente insignificante(...) Os mercados externos, sobretudo dos países mais industrializados, eram vedados aos produtos industriais portugueses, dado que estes não tinham capacidade para competir em qualidade e preço(...) Trabalhando a partir de matérias-primas, máquinas e tecnologias em larga medida importadas, estas indústrias não podiam competir com as indústrias dos países de onde aqueles factores produtivos eram originários."

---

104 Cf. Semana Alcobacense diversos números do ano de 1899.
Caracterizando os finais do século XIX, Mendes, A. (1999) fala, entre outros aspectos, em mecanização da indústria e na questão da produção e distribuição da electricidade, e, como veremos, a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça insere-se no grupo de indústrias que mais cedo abraçou estas inovações.

O mercado colonial parecia ser a grande esperança para a indústria nacional e dos bloqueios que surgem a esse mercado resultam os grandes sobressaltos deste período.

Nos relatórios da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça transparece, a partir de 1900, um período de crise para a indústria algodoeira. Estão presentes aspectos como o elevado preço que o algodão em rama atinge, assim como o combustível e toda a situação é agravada com a impossibilidade de vender os produtos em África. A acumulação de demasiados produtos no mercado nacional faz com que os preços destes desçam perigosamente.

Para prevenir e combater estas situações a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça continua a apostar na diversificação da produção, encomendando, em 1900, teares especiais para tecidos finos, pensando em criar para estes uma secção especializada.

As construções na Fábrica são uma constante deste período. Em 1901 concluem-se mais 6 casas para o pessoal, sendo uma destas para o director e as restantes para mestres. Paralelamente continua-se a cuidar da conservação e beneficiamento dos edifícios existentes. Em 1901 inaugura-se o salão de tecelagem de cor, já dotado de luz eléctrica.

1901 é marcado pelo agravamento da crise de África e pelo agravamento dos impostos, dos quais o relatório anual da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça salienta um, destinado ao caminho de ferro de Benguela.

Em 1902, dada a persistência da crise, a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça participa em exposições escritas dirigidas ao Rei e ao Governo: "Acompanhamos todas as reclamações que a indústria da nossa classe tem dirigido ao governo de S.M. para a ajudar a debelar, tanto quanto possível, a grave crise por que vem atravessando desde os primeiros meses de 1900, como seguimos com lealdade jamais desmentida a resolução das fábricas exclusivamente de fiação, reduzindo à produção do fio na incidência sobre o tecido, e normalizando com elas preços e condições gerais."  

---

Apesar de a situação se revelar complicada durante a maior parte deste período a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça salienta (orgulhosamente) no seu relatório anual que é das poucas empresas do género que ainda consegue dar lucro aos accionistas.\textsuperscript{111}

Em 1903 reatam-se, finalmente, as relações com África, o que melhora em muito o panorama da industria algodoeira; apesar de tudo a Companhia faz questão de, nos seus relatórios anuais, se pronunciar a favor da remodelação paulat, e de, em 1904, incluir no documento uma felicitação ao Presidente da Associação Industrial Portuense pelo seu trabalho de reforma paulat que aguarda aprovação superior.\textsuperscript{112} Aliás, a este respeito os operários e empregados da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça participam nos protestos contra o governo, criando mesmo uma comissão para o efeito. Essa comissão era dirigida por Manuel Francisco da Conceição e constituída por cerca de 800 trabalhadores. Este protesto parece ter sido muito participado ao nível nacional pois o jornal noticia a solidariedade do comércio e indústria do concelho, encerrando as suas portas por um dia e a participação, muito significativa, no comício contra as propostas da Fazenda, que se realizou em Leiria, no mês de Abril.\textsuperscript{113}

Em Resumo: Período difícil devido à crise algodoeira relacionada com os problemas de África, foi atravessado pela Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, de uma forma razoável, pois, apesar de a remuneração anual das acções ter baixado significativamente, a Fábrica não deixou de dar lucro, continuando a investir no aumento e melhoria do seu espaço.

A gestão de M. Martins da Cunha termina com a sua morte, em Maio de 1905, sendo substituído por Fernando Alípio de Carneiro e Sá, que assume a Direcção no mês seguinte e vai marcar o longo período seguinte do estabelecimento fabril.

\textsuperscript{111} Cf. “Parecer do Conselho Fiscal” in Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1902.
\textsuperscript{112} Cf. Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1904.
\textsuperscript{113} Semana Alcobacense n.º 709, 712 e 715.
3.º Período: 1905 – 1947

Direcção de Fernando Alípio de Carneiro e Sá

Este é um longo período marcado pela gestão de um director, quase tão elogiado como o fundador da Fábrica, personagem que aliás admira, homenageia e cuja memória perpetua de diferentes formas.

É sob a direcção de Fernando Alípio de Carneiro e Sá que a Fábrica vive todo o contexto de duas guerras mundiais, do advento da 1.ª República, do início do Estado Novo, é escutando ou lendo as suas palavras que muitos se informam sobre a República e os seus ideais, é ele a personagem escolhida para explicar a Alcobaça a chegada de uma nova moeda: o escudo (sem os meios audiovisuais que, ainda há bem pouco tempo, serviram para anunciar o euro). É sob a sua gestão que Vila e Fábrica enveredam finalmente por caminhos iluminados a luz eléctrica. O funcionamento das duas centrais hidroeléctricas é, durante largo tempo, tutelado por Fernando Sá.

Ao nível da documentação consultada a primeira referência que encontramos a Fernando Alípio de Carneiro e Sá é como substituto de M. Martins da Cunha, (aquando da morte deste, em 1905) na Direcção do estabelecimento fabril, em Alcobaça.

Cabeçalho de jornal local

Logo em 1905 o jornal Semana Alcobacense faz questão de referir a próspera situação da Fábrica, aproveitando para elogiar o seu director, ainda há tão pouco tempo empossado no cargo: "Registamos com imensa satisfação a extraordinária procura que estão tendo os produtos da nossa fábrica de fiação e tecidos, porque, contribuindo para assegurar a sua existência desafogada e próspera, tão necessária aos numerosos operários que ali trabalham, e para garantia do respectivo capital, ela é a melhor justificação da superioridade desses produtos, e por consequência um testemunho insuspeito da competência dos
empregados que superintendem no serviço das diversas secções da fábrica, e da boa direcção que actualmente lhe imprime o Sr. Fernando Alípio Carneiro e Sá, há pouco tempo ainda nomeado para esse cargo.\footnote{Semana Alcobacense, n.º 792, de 8/10/1905.}

Ao que parece, Fernando Alípio de Carneiro e Sá desempenhava ainda o cargo interinamente, pois é em Março de 1906 que, numa assembleia geral da Companhia, no Porto, é de facto eleito director. Essa eleição é amplamente festejada pelo pessoal da Fábrica e por toda a Vila, como nos relata a imprensa: “Aproveitando o regresso do Sr. Carneiro e Sá, e desejando dar-lhe um testemunho inequívoco do regozijo que sentiu pela sua eleição para o cargo que estava desempenhando interinamente, todo o pessoal da Fábrica, com os empregados superiores à frente, lhe preparou uma festiva recepção, que se notabilizou pela sua imponência e entusiasmo.

No Valado era sua Ex.a. esperado, além de bastantes cavalheiros desta vila, pelos chefes e encarregados das diversas secções da Fábrica, empregados do escritório, etc., os quais ali lhe apresentaram os seus cumprimentos e felicitações, ao mesmo tempo que a Real Fanfarra na gare e a Filarmónica Artística à saída da estação tocavam o hino nacional.

Em direcção para Alcobaça nova e calorosa manifestação foi feita em frente da Fábrica, onde todo o pessoal, com a Filarmónica Maiorguense, aguardava o seu director.

Composto de centenares de pessoas, continuou o cortejo para esta vila, onde deu entrada em marche-aux-flambeaux e com as músicas a tocar, ouvindo-se durante o trajeto repetidas vivas ao Sr. Carneiro e Sá, que por toda essa massa de gente foi acompanhado ao chalet onde reside.” O jornal associa-se ao entusiasmo geral, salientando que “foi uma imponente e entusiástica manifestação, em tudo condigna de quem em tão poucos meses deu já as melhores provas do seu zelo e inteligência no exercício do cargo que lhe foi confiado.” No mesmo número do jornal Fernando Alípio de Carneiro e Sá faz publicar um agradecimento pela manifestação de apreço pela sua eleição.\footnote{Semana Alcobacense, n.º 814, de 11/3/1906.}

Logo em 1906 a Fábrica tem grande visibilidade com a exposição dos seus produtos na Exposição-Kermesse, realizada no claustro D. Dinis e promovida, entre outros, por Baptista Zagallo. Nesta exposição, muito noticiada a nível nacional, destacou-se a iluminação a luz eléctrica (provavelmente cedida por algum particular) e alguns artefactivos, entre os quais os da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça. É do Diário de Noticias a citação referente aos produtos da Companhia, que aqui transcrevemos e que encontramos orgulhosamente citada na imprensa local:
"Abrilhantaram excepcionalmente o concurso os artefactos da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaca, fábrica de 1.ª ordem, onde labutam ao rumor dos mais aperfeiçoados mecanismos cerca de 700 operários de ambos os sexos (...)."

No seu relatório anual referente a este ano, apesar de fazer um balanço positivo, a Direcção não deixa de fazer um reparo ao governo, decorrente da constatação de que foram importados muitos artigos estrangeiros: "é lícito esperar do actual governo a prometida reforma das pautas, afim de que o trabalho nacional possa caminhar e prosperar em todas as suas manifestações, proporcionando desta forma às classes laboriosas uma situação mais desafiada do que aquela que actualmente goza, no próprio desenvolvimento e engrandecimento do país."

Neste ano a imprensa local regista um desastre que provocou a paralisação da Fábrica Nova, mas por sugestão da Direcção organizaram-se turnos, para que os operários não ficassem prejudicados, no espaço de tempo necessário para as reparações.

Ainda neste ano adquire a Companhia o prédio da sua sede no Porto, que não era ainda de sua propriedade.

Em 1908 parece salientar-se uma boa gestão da Companhia que, apesar de reduzir os seus lucros em relação ao ano anterior, mantém uma boa situação num difícil contexto nacional. As causas apontadas para as dificuldades deste ano são, segundo o relatório da Direcção, "As frequentes oscilações do preço do algodão e a grande concorrência e superabundância de manufacturas nacionais nos nossos mercado." Também a imprensa faz questão de salientar a situação da Companhia e o continuado esforço de modernização em que persiste a sua Direcção. Refira-se que no ano anterior tinha chegado uma nova máquina para a branquearia e que neste mesmo ano são instalados humedecedores e ventiladores na Fábrica antiga e construído um novo armazém no Valado de Frades, ligado ao antigo, para depósito de algodão em rama.

---

116 Semana Alcobacense n.º 848, de 18/11/1906.  
118 Semana Alcobacense n.º 834, de 5/8/1906.  
120 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1908, p.10.  
121 Semana Alcobacense, n.º 832, de 22/7/1906.  
122 Semana Alcobacense n.º 869, de 14/4/1907.  
123 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1908.
1909 é classificado como um ano de produção excepcional porque, além de não se ter registado qualquer interrupção na produção, teve de se criar horas extras de trabalho para satisfazer todas as encomendas.\textsuperscript{124}

No ano seguinte o panorama deveria continuar favorável para a Companhia, uma vez que é referido que, devido à avaria de uma máquina cujo conserto teve de ser efectuado em Paris (logo, foi demorado), foi necessário recolocar em laboração a parte mais antiga da Fábrica (que já não se encontrava a ser utilizada) pois o volume de encomendas da Fábrica não permitiu paralisação dos trabalhos.\textsuperscript{125} No entanto, no relatório a Direcção queixa-se de algumas dificuldades sentidas sobretudo devido à oscilação do preço do algodão. “O excessivo encarecimento do algodão em rama, que perdurou durante os três primeiros trimestres, vindo a cair sensivel e rapidamente no ultimo, dificultou-nos a venda das manufacturas, pelo retraimento do comércio, na clara previsão de baixa, e deixou-nos um avultado stock que teve de passar para conta nova, agravado pelos preços de uma nova tabela, 8 a 10%, sendo assim escriturados no balanço.”\textsuperscript{126} Neste ano são adquiridos 19 teares novos e planeia-se a aquisição de mais.

Se 1912 é classificado como um bom ano,\textsuperscript{127} já 1913 é marcado com o título de crise e 1914 é considerado pela Direcção como o ano mais difícil desde a sua tomada de posse; estes problemas estão relacionadas com a 1ª Guerra Mundial e a dificuldade de importação de algodão e carvão: “Na incerteza de obtermos a tempo a nossa principal matéria-prima, algodão em rama, cujos preços foram imediatamente agravados pela baixa das taxas cambiais, tomamos a resolução, bem a nosso pesar, de reduzir a laboração da Fábrica a três dias por semana, desde 7 de Agosto a 22 do mesmo e a 4 dias desde 24 do referido mês a 7 de Novembro, prosseguindo dai por diante a sua completa laboração.”\textsuperscript{128} Encontra-se referido, por várias vezes, o prejuízo que esta situação traz aos operários, que se calculam nesta altura em mais de 700.\textsuperscript{129}

A Direcção refere também, no mesmo relatório, que alguns melhoramentos, nomeadamente a renovação da branquearia, ficarão adiados, pois o tempo não aconselha a grandes despesas.

\textsuperscript{124} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1909.
\textsuperscript{125} Semana Alcobacense, n.º 1100, de 24/9/1911.
\textsuperscript{126} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1911, p. 5.
\textsuperscript{127} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1912.
\textsuperscript{128} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1914, pp.5-6.
\textsuperscript{129} Semana Alcobacense, n.º 1251, de 16/8/1914, Semana Alcobacense, n." 1264, de 15/11/1914 e Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, 1914.
Apesar do contexto de guerra a Companhia consegue manter uma boa situação financeira, aplicando, no entanto, os lucros com muita prudência e ajudando na medida do possível o seu pessoal, através da criação de um subsídio de guerra. A situação de guerra, segundo Telo, J. (1980) teve mesmo o efeito de desenvolver a indústria por proteger o mercado interno e aumentar os preços.

Relativamente a esta época (mais exactamente 1916) José H. de Azeredo Perdigão (1916) considera a indústria algodoeira como a mais importante de Portugal, “Não só pelo número de operários que nela se empregam (50000) como pelos capitais que retém”, mas não deixa de apontar como principais problemas do sector uma crise “quase crónica” provocada pelos seguintes factores: “concorrência e consequente redução do preço dos artigos, decréscimo do volume de exportações para Angola, deficiência tecnológica e baixa produtividade”. Segundo Mendes, A. (1999) a mão-de-obra empregada na indústria algodoeira era um terço do operariado português e o equipamento desta indústria seria em todo o País de 20000 teares mecânicos e cerca de 45000 fusos.

Neste início de século a Companhia dispunha de pelo menos dois mestres espanhóis que aparecem referidos na imprensa com uma certa frequência: Lourenzo Cisa y Tay e Emílio Homet.

Falamos já, no texto referente ao primeiro período da Fábrica, da importância da presença de técnicos espanhóis no desenvolvimento da nossa indústria. E segundo José de Oliveira Simões, na sua obra Escorço de Alguns Aspectos da Indústria Portuguesa, citado por Mendes, A. (1999), “Embora a tendência seja para diminuir o défice nacional, o pessoal de mestres e contramestres é em grande parte estrangeiro”.

Emílio Homet deveria ser uma espécie de “braço direito” de Fernando Sá. É ele que assina, em co-autoria, o livro Apontamentos Auxiliares para a tecelagem do algodão e seu comércio, publicado em Outubro de 1909 e que é desde logo muito acarinhado pela crítica, considerando esta que “É, enfim, um trabalho que até para os estabelecimentos de ensino se

---

134 Cf. p. 42.
recomenda, pelas múltiplas e proveitosas noções que encerra."¹³⁶ Por vezes a imprensa pública excertos desta obra e desde logo o jornal Semana Alcobacense passa a incluir um anúncio de venda do livro que é feita com o preço de 800 reis em brochura e 15000 encadernado e que pode também ser adquirido a Emílio Homet.¹³⁷

A importância deste mestre na Fábrica deveria ser mesmo muito grande, pois é ele que recebe e dirige uma visita à Fábrica efectuada por alunos da Escola Industrial de Leiria, em 1909.¹³⁸

Lourenzo Cisa y Tay, que circula entre o Porto e Alcobáça,¹³⁹ terá importância na indústria de fiação e tecelagem também em Lisboa, onde virá a dirigir a Fábrica de Fiação e Tecidos Oriental (também conhecida por Fábrica das Varandas) entre 1930 e 1950, data da sua morte. O período referido como de direcção de Lourenzo Cisa y Tay corresponde ao auge desta Fábrica que se dedicava à produção de tecidos finos, incluindo algodão e gaze para farmácia. Por coincidência também esta Fábrica é referida como possuindo uma central elétrica, "para iluminação das oficinas" e uma filiação à cidade do Porto, pois refere-se que em 1962 é "transferida para o Porto, para uma empresa do grupo económico a que pertencia."¹⁴⁰

Fernando Alípio de Carneiro e Sá dirige simultaneamente a Fábrica e a Comissão Administrativa Municipal. A situação da Companhia mantém-se propícia ininterruptamente durante vários anos.

Em 1919, considerado até um ano bom, (sobretudo devido a uma vantajosa compra de algodão¹⁴¹), surge uma questão com os Caminhos de Ferro Portugueses. É por uma sessão de Câmara que sabemos que a Comissão Executiva da Câmara Municipal delibera "Telegrafar ao Sr. Ministro do Comércio pedindo-lhe providências para o facto de se encontrar paralisada a Fábrica de Fiação e Tecidos desta vila, devido ao facto da Companhia dos Caminhos de Ferro não fornecer os vagões precisos para o transporte do

¹³⁶ Semana Alcobacense, n.º 997, de 3/10/1909 O lançamento desta obra insere-se, de certa maneira, no espírito de instrução das classes trabalhadoras, tão caro ao republicanismos, ideias que Fernando Alípio de Carneiro e Sá perfilha.
¹³⁷ Semana Alcobacense, n.º 999, de 17/10/1909, n.º 1000, de 24/10/1909, n.º 1002-1005, n.º 1009, n.º 1011, n.º 1058, n.º 1061-1070 (1911).
¹³⁸ Semana Alcobacense, n.º 986, de 11/7/1909.
¹³⁹ Semana Alcobacense n.º 908, de 12/1/1908, n.º 911, de 2/2/1908.
algodão necessário à laboração da mesma Fábrica, e o qual se encontra por tal motivo retido em Lisboa."

A Companhia de Caminhos de Ferro telegrafa mais tarde a saber o n.º de vagons, quando parece já não serem precisos uma vez que é dada a informação de que o algodão já chegou.142

No pós-guerra, apesar de pequenas crises conjunturais a indústria portuguesa continuou a crescer até aos anos 30.143

O início dos anos 20 é marcado pela contestação mais ou menos generalizada dos industriais ao imposto «ad valorem». Fernando Alípio de Carneiro e Sá e a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça não são exceção e pensamos ter sido esta questão causadora de algum embaraço ao Director da Fábrica, enquanto simultaneamente Presidente da Comissão Administrativa Municipal. Em 1921 surge em sessão de Câmara um ofício de um munícipe da Nazaré sobre obras, em que se afirma que, caso não seja atendido o seu pedido, despenderá nessas obras o imposto «ad valorem» "sujeitando-se ao procedimento judicial, como fez a Companhia Fiação e Tecidos."144 A Câmara nega que tenha sido assim e insiste no cumprimento com o imposto. No entanto, já em Dezembro de 1920, Fernando Alípio de Carneiro e Sá tinha pedido a suspensão temporária das suas funções na Câmara, devido a uma questão moral de incompatibilidades uma vez que, a Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça tinha decidido encomendar manufacturas, sem pagar o imposto de exportação, sujeitando-se às penas correspondentes quando a questão estivesse resolvida pelo Parlamento.145 A atitude de Fernando Alípio de Carneiro e Sá foi aliás muito louvada pelo executivo municipal considerando-a muito correcta.146 Mais tarde, em 1923, Fernando Sá dirige-se à Câmara, na sua qualidade de Director da Companhia Fiação e Tecidos de Alcobaça, reclamando contra as taxas do imposto «ad valorem» sobre os tecidos e desenvolve-se mesmo uma certa contenda entre a Câmara e Fernando Sá devido a este assunto.147 A imprensa e os documentos oficiais da Companhia dão conta de que muitos outros industriais perfilham este protesto. A supressão do contestado imposto «ad valorem» será uma das medidas que tornará o Estado Novo popular entre a classe dos industriais.148 A reforma do sistema tributário (em que esta

142 Semana Alcobacense n.º 1518, de 2/11/1919 e n.º 1523, de 7/12/1919.
144 Semana Alcobacense, n.º 1585, de 6/2/1921.
145 Semana Alcobacense, n.º 1578, de 19/12/1920.
146 Semana Alcobacense, n.º 1578, de 19/12/1920.
147 Semana Alcobacense n.º 1645, de 11/2/1923.
medida se insere) é aliás uma das primeiras medidas do Governo de Salazar. Essa reforma é constituída, basicamente, por três aspectos: uma supressão e simplificação dos impostos indirectos; separação dos regimes contributivos, consoante o estatuto jurídico da actividade económica; aumento das taxas aduaneiras sobre as importações.  

1923 é ainda marcado pelo aumento do capital social da Companhia que passa a ser de 1.500 contos, "conforme a resolução da Assembleia Geral extraordinária de 22 de Dezembro, sendo subscrito proporcionalmente por todos os Srs. Accionistas o respectivo aumento."  

Logo o ano seguinte pode ser considerado de crise, devido sobretudo ao conturbado contexto financeiro do final da República. Nas palavras da própria Direcção a caracterização do ano é a seguinte: "Diversos foram os factores a impedir que este relatório vos apresente os resultados que seriam de desejar.

Depois das constantes oscilações cambiais depois do primeiro trimestre do ano findo, que obstaram de efectuarmos transacções com lucro remunerador, veio a melhoria muito sensível do câmbio, quase repentinamente, de que resultou uma paralisação na venda dos nossos produtos.

A produção fabril no último trimestre foi muito exigua. Fomos forçados a suspender o fabrício durante algum tempo, pagando aos nossos operários 50% do seu salário, e a reduzir depois a laboração para três dias por semana.

Tudo isto acrescido da grande desvalorização que sofreram as nossas manufacturas e das enormes contribuições que oneram actualmente a nossa indústria, e que atingiram, no exercício findo, uma soma importante (...)  

A Central Eléctrica

A alteração da força motriz da Fábrica é referida em documentos oficiais desde 1912. Em 1921 refere o relatório que: "estamos procedendo aos necessários estudos para a electrificação das nossa Fábricas, substituindo os antigos motores por turbinas a vapor, melho-

151 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1924.
152 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1912. Desde há três anos que figura nas contas uma verba para luz eléctrica.
ramento este que se impõe por diversos motivos e muito especialmente pela grande economia de combustível."^{153}

A partir de 1925 "respira-se uma nova atmosfera" nos documentos oficiais da Companhia. Considera-se que se está a iniciar uma nova fase de progresso para a Companhia, pois optou-se finalmente pela energia elétrica e pela construção de uma central, como se diz: "Como já tivemos ocasião de demonstrar, há muito que se notava a imperiosa necessidade da transformação da nossa antiquada força motriz, e, assim, resolvemos fazer a montagem de uma central geradora de electricidade composta de duas turbinas hidráulicas e dum motor «Diesel», depois de um consciencioso estudo feito por engenheiros alemães de...

^{153} Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1921.
reconhecida competência, e da casa instaladora nos garantir uma economia de combustível no mínimo de 30%.

O novo edifício da central acha-se quasi concluído [estamos em Fevereiro de 1926] e já se está montando parte do respectivo maquinismo, encontrando-se outra parte em viagem. (…)

Uma das fábricas já se acha electrificada, recebendo a energia de um grupo que já possuíamos composto de uma máquina a vapor “Goerlitz” e respectivo gerador, grupo este que ficará depois de reserva para qualquer eventualidade.”

Refere-se ainda que o novo maquinismo, para substituir outro, também já foi montado.154

Para a construção da Central foram despendidas as seguintes verbas: edifício – 259.580$29, máquinas – 777.025$56, sendo ainda despendido com luz eléctrica a verba de 10.000$00.155

1926 é pois o ano de inauguração da Central Eléctrica, documentada num relatório cujas perspetivas são as melhores: “Apesar de ter sido bastante incerta a nossa produção fabril e deficiente mesmo durante alguns meses, devido à montagem de novo maquinismo e à adaptação da energia eléctrica a todas as máquinas existentes” considera-se o resultado bastante satisfatório.

“Na central geradora de electricidade já se acham funcionando as turbinas hidráulicas e o motor «Diesel» com os melhores resultados, obtendo-se assim uma economia muito apreciável, sendo até superior à nossa expectativa. O novo edifício, sóbrio e elegante, está construído com toda a solidez.”

Estado actual das turbinas no interior da Central

154 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1925.
155 Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1925.
Também o testemunho que recolhemos de Mário Fadigas, antigo trabalhador da Central, refere o edifício como muito bem construído, com muito espaço interior, muita luz e muitos metais, que eram areados pelos funcionários da Central. O edifício tinha um jardim à volta, criado por Vieira Natividade.¹⁵⁶

Também à inauguração deste edifício, se refere elogiosamente o Conselho Fiscal, considerando que “os resultados averiguados excederam toda a expectativa e os compromissos tomados pelas casas fornecedoras do maquinismo, quanto a economia de combustível.” Congratula-se, pois, o Conselho Fiscal por a Companhia dispor de uma Direcção que soube aplicar tão bem os capitais investidos: “Em face, pois, do que nos foi demonstrado, nós estamos absolutamente certos de que os avultados capitais aplicados em tal melhoramento, representam apenas uma temporâria imobilização, que será largamente compensada num futuro muito próximo.”

Como verbas para Central, no relatório que temos vindo a citar, encontramos discriminadas as seguintes: edifício – 400.000$00 máquinas – 1.100.000$00, sendo ainda despendido com luz eléctrica a verba de 5.000$00.¹⁵⁷

“Montamos dois aparelhos de filtragem da água destinada ao motor «Diesel», da nossa Central Geradora de Electricidade, aproveitando depois essa água, livre de calcário e a uma certa temperatura, para abastecimento das nossas caldeiras a vapor. Este melhoramento que nos traz uma certa economia, atingiu a importância de 109,71$77 (...)”¹⁵⁸

A partir desta altura a Central Eléctrica, sob a responsabilidade do Sr. Fadigas, trabalhava regularmente de segunda-feira a sábado, das 8 horas até às 17 horas.¹⁵⁹

Esta transformação da Fábrica insere-se aliás na “campanha” empreendida por certos industrialistas como Ezequiel de Campos e Ferreira Dias Jr. (que mais tarde será subsecretário de estado da indústria), que durante a década de 20 defendem que o futuro do País está na indústria que utiliza a energia eléctrica como força motriz, privilegiando as centrais hidroeléctricas.¹⁶⁰

A nova força motriz e a Central Geradora de Electricidade são, durante algum tempo, o principal motivo de orgulho da Direcção, que continua a investir nestes equipamentos: “Adquirimos uma máquina de vapor «Wolf» que nos permite, com maior

¹⁵⁶ Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.
¹⁵⁷ Relatório da Direcção e Parecer do Conselho Fiscal, Porto, 1926.
¹⁵⁹ Cf. Entrevista com Mário Fadigas, Anexo II.